

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolive@psd.pt](mailto:povolive@psd.pt)

## XXVI Congresso do PPD/PSD



COMUNICADO  
DA COMISSÃO  
POLÍTICA  
NACIONAL



ÚLTIMA PÁGINA



## Intervenção no Encerramento do Debate na Generalidade do Orçamento do Estado para 2005

Deputado Miguel Frasquilho

Assembleia da República, 18 de Novembro de 2004

(...)

Estamos a encerrar o debate na generalidade sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2005 apresentada pelo Governo.

Trata-se de um documento que transmite à população em geral as orientações de política económica e perspectivas para o ano que se segue e que, portanto, influi decisivamente nas expectativas dos agentes e na evolução da actividade económica.

(...)

O **Orçamento do Estado para 2005 insere-se na continuidade da política económica global traçada desde o início da presente legislatura** e que compreende, em traços gerais, quatro directrizes fundamentais.

Em primeiro lugar, a prossecução de um **déficite público inferior a 3% do PIB**, de molde a garantir o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o bom nome e credibilidade de Portugal no exterior e a continuação do envio dos fundos comunitários que ajudam ao desenvolvimento do país.

Em segundo lugar, um **exigente rigor do lado da despesa**, que é a única forma de tomar “saudáveis” as contas públicas a médio/longo prazo e ajudar a um crescimento económico forte e sustentado.

Excluindo os juros da dívida, a **despesa pública corrente crescerá apenas 1.8%**, isto é, abaixo da inflação prevista; a **despesa pública total sem juros crescerá 2.4%**; e a **despesa pública total aumentará 2.9%**. Assim, sem surpresa, o peso da despesa pública no PIB **reduzirá-se de 48.2% para 46.9%**.

(...)

Outra das directrizes da política económica global definida em 2002 foi a descida da carga fiscal directa, quer em sede de IRC, quer em sede de IRS, acompanhada de uma simplificação do sistema fiscal e de um efectivo combate à fraude e evasão fiscais. O objectivo é o de melhorar a competitividade das nossas empresas e do nosso tecido empresarial, alargar a base de tributação e diminuir a injustiça social pela via da fiscalidade.

No Orçamento anterior privilegiou-se a vertente da competitividade empresarial através da descida da taxa de IRC de 30% para 25% – uma medida fundamental para tornar a fiscalidade do país mais “amiga” do investimento, quer nacional, quer estrangeiro, e que visa obviar às dificuldades que enfrentamos em outras áreas relevantes para a nossa competitividade internacional.

Agora, no Orçamento para 2005, e como tinha sido anunciado, dedica-se uma maior atenção à fiscalidade sobre as famílias, com uma descida das taxas em quatro dos seis escalões do IRS, e uma maior redução nos escalões mais baixos. Esta medida beneficiará mais de 80% das famílias contribuintes, e tem como contrapartida uma redução de alguns benefícios fiscais que lhes estão associados, de molde a garantir a não diminuição da arrecadação de receita.

Trata-se de alterações com vantagens claras para os contribuintes mais desfavorecidos, para além da óbvia simplificação do sistema fiscal e a consequente menor dificuldade no combate à fraude e evasão fiscais, tendência que deverá – e será – continuada em Orçamentos seguintes.

(...)

Mas a verdade é que o recurso às receitas extraordinárias se esbate, progressivamente, ao longo do tempo até 2007 – em 2005 o montante será inferior ao de 2004, e neste ano já é inferior ao montante de 2003. Como deve ser, porque, por definição, as medidas extraordinárias são irrepitíveis, e não devem ser eternizadas. E esta tendência é, desde logo, e por si só, indicadora dos progressos na consolidação orçamental, que são igualmente visíveis nas previstas reduções do saldo global e do



saldo primário (ambos ajustados do ciclo económico)...)

Mas, ao mesmo tempo que queremos cumprir o PEC, também queremos fazer aquilo que é essencial para a nossa economia, quer em termos de competitividade e crescimento económico, quer em termos de justiça social.

E neste capítulo, não podemos ignorar as medidas de alargamento da base fiscal e de combate à fraude e evasão fiscais que este Orçamento preconiza.

No que diz respeito ao alargamento da base fiscal, é conhecido que, ano após ano, mais de metade das empresas nacionais não paga IRC e estranhamente continua em actividade; ao mesmo tempo, são conhecidos casos de sectores de actividade que, apesar de uma taxa nominal de 25% são tributados a taxas efectivas bem inferiores, às vezes mesmo só com um dígito.

De entre as várias medidas que são propostas nesta

área, permitam-me destacar duas:

o facto de o montante do imposto liquidado, após as deduções fiscais, não poder ser inferior a 60% do montante que seria devido caso não fosse possível usufruir dos benefícios fiscais. Na prática, com uma taxa nominal de 25%, tal significa que qualquer empresa lucrativa não poderá pagar menos do que uma taxa efectiva de 15%.

Ao mesmo tempo, o limite dos lucros tributáveis afectos à actividade exercida pelas empresas nas Zonas Francas da Madeira e de Santa Maria será reduzido de 20% para 15%.

No que diz respeito ao combate à fraude e evasão fiscais, as medidas preconizadas neste Orçamento só podem ser vistas com bons olhos. Trata-se de uma prioridade política e, por que não dizê-lo, uma prioridade nacional, e é o caminho para que todos paguemos menos impostos.

(...)

É actuando desta forma que a base tributável será alargada, o que permitirá continuar a reduzir, no futuro, a tributação directa, sobretudo em sede de IRC, continuando a descida iniciada no Orçamento anterior – e que, aliás, a avaliar pelo bom desempenho da receita de IRC neste ano, e a recuperação da actividade económica projectada para o próximo ano, levará, estou certo, a que a perda estimada de cerca de EUR 500 milhões no IRC se venha a revelar sobreavaliada.

É uma orientação crucial para, em conjunto com uma política global e coordenada em outros domínios, como a educação e qualificação dos recursos humanos, e a desburocratização da justiça, da administração pública e do ambiente empresarial, tornar Portugal uma economia mais competitiva, mais dinâmica e com maiores níveis de bem-estar e justiça social.

É precisamente na área da justiça social que, para além da descida da tributação em sede de IRS para a maior parte dos contribuintes, sobretudo os mais desfavorecidos, não podemos deixar de enfatizar a quarta directriz do Orçamento do Estado para 2005: o prosseguimento da convergência das diferentes pensões mínimas para valores idênticos ao salário mínimo nacional, líquido da taxa social única.

(...)

Trata-se de um **Orçamento que é mais um passo fundamental para fazer de Portugal um país mais competitivo**, permitir a subida do nível de bem-estar da população e, ao mesmo tempo, **aumentar a justiça social e a equidade na redistribuição do rendimento**.

Foi para isso que os portugueses confiaram a esta maioria a responsabilidade de governar Portugal.

(...)

### Agendamento

**De Segunda-Feira, dia 22  
a Quinta-Feira, dia 25 de Novembro de 2004**

Discussão na *Especialidade do Orçamento do Estado e Grandes Opções do Plano* para 2005 em sede de Comissão de Economia e Finanças.

**Proposta de Lei n.º 145 IX** (Grandes Opções do Plano para 2005)

**Proposta de Lei n.º 146 IX** (Orçamento do Estado para 2005)

### O PSD Pergunta

**Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**  
Sobre os problemas ocorridos com os catamarans, na travessia Barreiro - Lisboa.  
Deputados Luís Rodrigues e outros

**Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**  
Sobre a recuperação da estrada EN 1 IC 2 entre Coimbra e a Mealhada  
Deputado Gonçalo Breda Marques

**Requerimento ao Ministro Adjunto do Primeiro Ministro – Secretaria de Estado do Desporto**

Sobre a Construção do Estádio Municipal de Espinho  
Deputado Luís Montenegro

### Santana Lopes na apresentação do Relatório da Comissão estratégica dos Oceanos



No passado dia 19, na cerimónia da apresentação do relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, criada para assegurar que o desígnio do Mar terá a amplitude e a importância que o Governo e Nação lhe reconhecem, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, apelou a todos os agentes económicos para que “tirem partido” das águas portuguesas, considerando que o mar é uma fonte de crescimento.

“Do ponto de vista económico, o mar é fonte de crescimento. O que supõe saber articular os vários sectores da economia que podem tirar partido das nossas águas. Apelo a todos os agentes económicos que tirem partido do mar”, afirmou.

Salientando que o oceano é o mais importante recurso natural do país, Santana Lopes apontou cinco pontos estratégicos: “Para o nosso país, o mar tem uma centralidade transatlântica. É importante tratar bem essa vantagem que soma a Europa à América na aliança mais sólida da Europa”, referiu.

A vertente económica, a preservação do património natural e dos recursos vivos marinhos e a investigação foram os outros aspectos referidos pelo Primeiro-Ministro.

“Finalmente, o mar sendo a nossa identidade, a nossa vocação, a nossa centralidade - sendo nosso - pode representar também a imagem de Portugal. A marca e a especificidade do nosso país”, acrescentou.

Santana Lopes, que enalteceu a iniciativa do anterior Governo, ao ter criado uma comissão para definir um plano estratégico para a gestão e exploração

do oceano, classificou o documento elaborado como “um bom suporte para o conjunto de políticas públicas do mar”.

“Revejo-me em muitas das 250 recomendações e propostas de acção apresentadas no relatório”, afirmou, recordando o tempo em que foi “assistente da cadeira de Direito do Mar”.

“Foi por partilhar o entusiasmo da Comissão Estratégica dos Oceanos que decidi, ao formar o XVI Governo, criar uma secretaria de Estado dos Assuntos do Mar”, disse Santana Lopes. Recordou ainda as decisões tomadas pelo Governo ao longo da “Semana do Mar”, nomeadamente a aprovação em Conselho de Ministros de legislação para combater a poluição marítima.

“Chegou a hora de Portugal voltar ao mar”, frisou.

Na cerimónia, o coordenador dos trabalhos da Comissão Estratégica dos Oceanos, Tiago Pitta e Cunha, salientou ainda o facto do relatório ser “um projecto nacional, sem ideologias e politicamente transversal”.

Como objectivos estratégicos, Tiago Pitta e Cunha apontou a valorização da associação de Portugal ao oceano como factor de identidade e a promoção do desenvolvimento sustentável de actividades económicas.

A adopção de uma posição de destaque e de especialização em assuntos do mar a nível internacional, a construção de uma estrutura institucional moderna de gestão do Oceano e a afirmação do conhecimento e da protecção do oceano foram outras das estratégias defendidas por Tiago Pitta e Cunha. - **Portal do Governo**

### José Luís Arnaut põe ordem no “Polis”



No dia 20, na Guarda, o Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, José Luís Arnaut, garantiu que, enquanto for ministro, não vai deixar que as irregularidades do programa “Polis” se mantenham.

“O Polis é um enfeite de pura publicidade política, que eu censuro”, disse o governante, que hoje esteve em Almeida e Vilar Formoso para inaugurar nesta vila as piscinas municipais.

José Luís Arnaut adiantou que o programa “foi apresentado pelo engenheiro Sócrates como uma grande medida, e foi anunciada em Maio de 2000, com um orçamento de 800 milhões de euros, mas numa auditoria feita em Abril de 2004 constatou-se que já estava em 974 milhões de euros”.

Os contratos-programa respectivos “foram assinados em época de campanha eleitoral e por um Governo de gestão”, salientou.

Arnaud disse que os programas estão a ser revistos e que o governo está e “envidar esforços para que haja uma reprogramação das reservas de eficiência e reafectação de 53 milhões de euros” para cobrir as necessidades.

Sobre a nova organização administrativa do país, o ministro reafirmou que o governo “tem a clara e inequívoca vontade” de prosseguir a descentralização.

Arnaud notou que um terço do território nacional ainda não adoptou as formas de associação autárquica recentemente criadas, como as comunidades urbanas, pelo que o governo está a tentar, em conjunto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, “dar um impulso para o fecho do resto do mapa do país”.

Nas conversações com a associação dos municípios estão a ser discutidas questões como o quadro normativo do pessoal, a definição de competências, a integração dos GAT (Gabinetes de Apoio Técnico) nas novas autarquias e discute-se também o que vai ser a nova lei das finanças locais, acrescentou José Luís Arnaut. - **Fonte: Lusa**

**XXVI  
CONGRESSO  
NACIONAL  
DO PSD**



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Conforme tínhamos deixado explícito no nosso número anterior, a riqueza e extensão deste nosso XXVI Congresso, associadas à escassez de tempo de preparação da edição, levaram a que tivéssemos de dividir as notícias da reunião magna social-democrata, em duas partes. A primeira, já publicada, continha um preâmbulo e o discurso de abertura do Presidente do Partido. Neste número, levamos aos nossos leitores, militantes e simpatizantes, a restante informação sobre tão importante acontecimento, incluindo a reprodução, na íntegra, dos dois seguintes e importantes discursos de Pedro Santana Lopes, um deles inesperado – na madrugada de sábado – e o terceiro, no encerramento do Congresso

A apresentação das 34 moções de estratégia apresentadas seguiu-se ao discurso de abertura do Presidente do Partido, que na sua intervenção inicial tinha feito, simultaneamente e para utilizar o tempo disponível da melhor forma, a apresentação da Moção A, “Tempo Novo”, da responsabilidade da Comissão Política Nacional.

A riqueza quantitativa e qualitativa da contribuição dos militantes, individualmente ou integrados em estruturas do nosso Partido, para o processo de decisão estratégica da condução e da política do PPD/PSD, foi muito grande e para todos é justificado motivo de orgulho.

A discussão das moções foi real e empenhada, como tinha afirmado o Secretário-Geral, Miguel Relvas, ao dizer que a reunião “não será um ritual, nem um espaço para calculismos, será virado para fora e para o País”.

As moções apresentadas, ordenadas alfabeticamente, foram as seguintes: **A** – CPN, Pedro Santana Lopes, “Tempo Novo”; **B** – CPD Guarda, “A Guarda, novos tempos”; **C** – CPD Braga, “Olhar em frente”; **D** – Sérgio Azevedo, “Reformar para liderar”; **E** – CPD, Porto, “Os novos desafios de Portugal”; **F** – JSD, “Ter vontade de vencer”; **G** – Américo Brito Vitorino, “Reforma Fiscal”; **H** – CPD Aveiro, “Mais força a Portugal”; **I** – Fernando Duarte Carvalho, “Portugal 2010, um PSD organizado para mobilizar os Portugueses”; **J** – António Alvim, “Um novo paradigma para o Estado Social”; **K** – CPD Castelo Branco, “Agricultura, desenvolvimento rural, floresta”; **L** – Fernando Marques Jorge, “Salvar o Serviço Nacional de Saúde”; **M** – JSD Aveiro, “Geração empreendedora”; **N** – Nuno Lebreiro, “Competitividade, uma questão de boa educação”; **O** – CPD Bragança, “Uma oportunidade para o distrito de Bragança”; **P** – CPD Beja, “2010, regresso ao futuro”; **Q** – CPD Setúbal, “Credibilidade e confiança”, com quatro anexos, da autoria de militantes, todos aprovados pela Distrital; **R** – Bruno Vitorino, “Geração de 70”; **S** – Ângelo Pereira, “Ninguém tem medo da democracia”; **T** – TSD, “Portugal, a nossa responsabilidade”; **U** – Bruno Pereira, “Educar para competir”; **V** – Rui Rei, “Uma janela nova para o exterior, um partido para o século XXI”; **W** – Ricardo B. Leite, “Quem tem fome não pensa em democracia”; **X** – Hélder Vieira Rodrigues, “Construir um novo Portugal”; **Y** – CPD/ AML, “Continuar por Portugal”; **Z** – Carlos Carreira, “Novas atitudes”; **A1** – João Martins Taveira, “Ideias por Portugal”; **A2** – Luís Nascimento e

Fernanda Velez, “Na linha da frente: Festa Brava”; **A3** – Miguel Goulão, “Prioridade: Portugal”; **A4** – Tiago Lopes, “Forma e conteúdo de um admirável Mundo Novo”; **A5** – Armando Agria Soares, “Mutatis, mutantis, o desafio”; **A6** – Isaltino Morais, “Um País maior, uma opção clara pelo desenvolvimento sustentável”; **A7**, CPD Évora, “Évora um Distrito, um futuro”.

## Algumas intervenções

Entre várias intervenções, como primeira subscritora da moção da distrital da Guarda, de que é Presidente, recordamos a da deputada **Ana Manso**, que teve oportunidade de oferecer ao



Presidente do Partido e Primeiro-Ministro, o antigo foral da sua cidade e apelou a “uma mudança no rumo da governação”, sublinhando que o PSD não pode continuar a ser “masoquista” e tem de estar atento aos “sinais de descontentamento”. “Não podemos governar com base em restrições”.

**Ribau Esteves**, da distrital de Aveiro, pediu a Santana Lopes que seja “exigente” com todos os membros do Governo, afirmando que “quem lidera o Governo é o Primeiro-Ministro”

Na manhã do segundo dia, Sábado, foram



apresentadas as restantes moções pelos seus primeiros subscritores. À tarde e à noite, dezenas de militantes - uns mais conhecidos, outros anónimos - fizeram o retrato do país. Intervenções diversificadas em torno do mesmo propósito: continuar a fazer do PSD o motor da mudança e

do desenvolvimento de Portugal.

**Mota Amaral**, um dos primeiros militantes



a intervir após o reinício dos trabalhos depois da pausa para almoço, apelou aos congressistas para que “cerrem fileiras para enfrentar os grandes desafios políticos” que o partido tem pela frente.

Classificando a chegada de Pedro Santana Lopes à liderança do partido como um “verdadeiro terramoto político partidário”, o presidente da Assembleia da República relembrou que o PSD “recebeu um mandato de quatros anos” e apenas no fim desse período deverá ser avaliado o trabalho realizado, terminando com a sua manifestação de inteira confiança e apoio à Direcção do Partido e ao Governo.

**Luís Filipe Menezes**, na sua intervenção, anunciou que não vai recandidatar-se a presidente da Câmara de Gaia, cargo que ocupa desde 1997.

“Só questões de Estado ou partidárias ultrapassáveis me fariam mudar de opinião”, acrescentou, afirmando que participará na escolha do candidato do PSD a Gaia, enquanto presidente da Concelhia do partido, em colaboração com o líder da distrital do Porto, Marco António Costa. (Marco António, entretanto, já tornou pública a sua opinião de Menezes deve, a bem de Gaia e do PSD, repensar a decisão e disponibilizar-se para nova



candidatura àquela autarquia).

Referindo-se ao tratamento de alguns jornalistas a questões políticas, Luís Filipe Menezes individualizou um semanário de referência e um dos seus principais redactores, acusando-o de personalizar os “intelectuais

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



pseudo-pensantes, que nunca gostaram de Santana Lopes e que tentam criar um clima de desgraça em torno do actual governo”.

“Há cem dias Santana Lopes não era Primeiro-Ministro”, disse, “mas agora o País melhorou um pouco, algumas medidas estruturais avançaram. Porquê este clima de desgraça, de fim

do mundo iminente? Isso deve-se aos que na comunicação social não gostam do líder do PSD /.../ quem [são eles] para colocar setas para cima e para baixo, a classificar os políticos?”, questionou o autarca de Gaia, afirmando ainda que, se fosse líder do PSD, teria aceite a proposta do PS de um inquérito às relações entre poder

político e comunicação social, mas “com a condição de abarcar os últimos 15 anos, incluindo os tempos em que Mário Soares e os seus ministros iam à 5 de Outubro tratar do alinhamento dos telejornais e obrigando José Sócrates a explicar os contornos do afastamento do jornalista Mário Crespo da RTP”, disse.



## Alberto João Jardim

Recebido com uma das grandes ovações do Congresso, o Presidente do PSD-Madeira e Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, teve um discurso simultaneamente emotivo e lógico, no qual releveu os aspectos partidários e governativos que, de forma geral, têm predominância no seu pensamento.

Começou por afirmar que estava, desde a primeira hora, ao lado de Santana Lopes, como a única escolha possível para liderar o Partido e formar Governo, quando da saída de Durão Barroso para Bruxelas e por isso lhe afirmava a sua total solidariedade, pessoal, como representante do PSD/Madeira e ainda com a solidariedade do Governo Regional da Madeira.

“Ao nosso Partido, impõe-se uma séria reflexão, 30 anos após o 25 de Abril /.../ há muita gente que tem uma enorme dificuldade em aceitar a necessidade de mudança /.../ [deixando para trás] /.../ o jogo do rotativismo, uma vez governamos nós e porque se trata de repor o País nos eixos, apanhamos com as consequências e a seguir, depois de arrumarmos a casa, vêm os socialistas e com a sua política demagógica estragam outra vez tudo. E lá vêm outra vez os social-democratas endireitar tudo novamente, no tal rotativismo.

### *É preciso mudar o sistema político corporativizado e garantir uma democracia realmente representativa*

É a vez de olharmos para o partido, e numa nova batalha histórica, dizer que é preciso mudar o sistema político corporativizado, e garantir uma democracia realmente representativa, e voltar ao primado da soberania popular. Temos de olhar, primeiro, para a Constituição, segundo, a questão da Informação e terceiro, a questão da economia.

Eu sou daqueles que digo que nos encontramos em impasse constitucional. Com a Constituição nos termos actuais, não vamos a parte alguma! Qualquer reforma de fundo, esbarra neste ou naquele artigo desta Constituição! E só há duas maneiras de sair daqui: ou um acordo de regime com o PS (e só acordo de regime, seria uma

loucura reeditar o Bloco Central...) o que eu acho impossível, pois com este Partido socialista, uma cópia fiel do regime do eng. Guterres, não é possível que se mude a Constituição, assumindo as mudanças que se impõem.

... Ou então, a forma referendária, através de um claro mandato de um Presidente da República, legitimado nessa base, e que faria um referendo, sem suspender ou afectar, nem por um segundo que seja, os direitos, as liberdades e as garantias, tal como se passou na França, da IV para a V Repúblicas.

A segunda questão é a da educação e da informação /.../ as nossas escolas caíram numa auto-gestão anti-democrática. E anti-democrática porque, em Democracia, o Povo mandata os seus eleitos para fazer uma política de Educação e se – a seguir – os eleitos não podem desenvolver uma política, é a Democracia que está posta em causa.

Hoje, os eleitos do Povo, em Portugal, têm menos poder que os senhores da Comunicação, os senhores da Justiça, os senhores Professores em cada escola... e não há País algum que sobreviva enquanto a qualidade, a exigência, a disciplina, o gosto pelo trabalho, não se fixarem e não se comecem a sedimentar em cada escola.

Inovação, conhecimento, investigação: estou completamente de acordo! Mas no interesse nacional...

Sobre a Comunicação Social, estamos conversados... Mesmo no serviço público... Ver telejornais em horário nobre, que duram horas, tratam longamente assuntos secundários e “faits divers” e abrem com a historia de uma telha que caiu na cabeça da Mariquinhas... Basta comparar com as grandes televisões europeias... e estamos conversados!

Quanto a Economia, confesso (como o Egas Moniz de barçoço ao pesçoço) que sou e me mantenho um velho keynesiano... acredito numa economia feita para os cidadãos, numa economia que faça o progresso, que faça funcionar também o consumo, que invista, que dê prioridade às despesas de investimento, e esse investimento venha permitir o consumo, e que esse consumo permita o bom funcionamento das pequenas e médias empresas!

/.../ A terminar: se nós não resolvermos estas questões, estamos a deixar ameaçar

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## Nuno Morais Sarmiento

Ainda os ecos dos aplausos a Alberto João Jardim não se tinham extinguido da memória dos Congressistas, e já outra grande ovação acolhia a subida de Nuno Morais Sarmiento à tribuna dos oradores, para pronunciar outra intervenção de fundo.

O Vice-presidente do PSD e Ministro de Estado e da Presidência, após as saudações aos presentes, disse:

Em Maio reunimo-nos no XXV Congresso do PSD. Passaram apenas 6 meses, mas muita coisa mudou: mudou o Governo, alteraram-se as lideranças partidárias, realizaram-se eleições. E é precisamente sobre as últimas eleições, as eleições regionais, já ontem aqui recordadas pelo Presidente do Partido, que quero deixar uma palavra neste Congresso.

Durante estes 2 anos tive a honra de me caber a responsabilidade de acompanhar as Regiões Autónomas e sinto por isso vontade e obrigação de dar público testemunho do extraordinário trabalho dos nossos companheiros do PSD Madeira e do PSD Açores.

Alberto João Jardim não precisa que o saúde pelos resultados. Mas o que quero sublinhar é o quanto essa vitória se deve ao trabalho notável que Alberto João Jardim e toda, a sua equipa, em particular João Cunha e Silva, vem fazendo um prol dos madeirenses.

Apesar de todas as críticas, de todo o ruído mediático, da inaceitável tentativa de permanente menorização, os nossos companheiros da Região Autónoma da Madeira têm continuado a desenvolver, por amor àquela terra, e com impecável sentido de solidariedade nacional, um trabalho que para mim é exemplo e referência.

Quero também deixar um abraço muito amigo aos nossos companheiros do PSD Açores e em especial ao seu líder, Dr. Vitor Cruz. Nas últimas eleições, não foi o PSD Açores que ficou a perder, foram principalmente os Açores e os açorianos que perderam uma oportunidade única de contar com um líder da qualidade invulgar, com uma equipa motivada e um projecto claro de desenvolvimento para aquela Região Autónoma.

Quero por isso, ao Vitor Cruz, hoje e aqui, repetir o abraço que lhe fui dar aos Açores na noite das eleições, em meu nome e em nome do Presidente do Partido. Porque no PSD estamos juntos nos momentos da vitória como nos momentos da derrota.

Principalmente porque no PSD não construímos interesseiramente as nossas relações nas probabilidades de vitória, mas na partilha de valores e de convicções.

Caros amigos: Portugal comemora este ano trinta anos de democracia. Trinta anos cheios de momentos históricos; um tempo em que o caminho do PSD se confundiu com o caminho de Portugal, porque foi o PSD quem, de facto, fez a diferença nos momentos fundamentais.

E se repararem, há em todas essas ocasiões uma ideia chave que se repete, um traço comum, um elemento matricial – A CORAGEM DE MUDAR.

Hoje como ontem, e como certamente no futuro, é por nós, e só por nós, que passa a mudança de que Portugal precisa.

É por isso que, mais uma vez, tenho orgulho em aqui estar.

***Estou num partido que sabe que a diferença a fazemos nós, hoje, como ao longo de 30 anos***

Estou num partido que sabe que a diferença a fazemos nós, hoje, como ao longo de 30 anos.

Quem não se lembra dos inadiáveis? Para uns, o problema do País era a obstinação e o mau feito de Sá Carneiro.

Para nós, recusávamos o regime com tutela militar e com sentido obrigatório para o socialismo. E vencemos.

Quem não se recorda também da morte de Sá Carneiro? Para uns, tudo acabava ali, incluindo o nosso Partido.

Para nós, insistíamos no extraordinário projecto de mudança que foi a Aliança Democrática. E vencemos.

Quem não se lembra ainda da ruptura do Bloco Central e do início de Cavaco Silva? Para uns, era uma irresponsabilidade, um sinal de imaturidade, um suicídio político.

Para nós, que não estávamos no poder de qualquer maneira e lançámos o

a nossa identidade. O Mundo globalizou-se, a economia também e cada vez mais. Só vai sobreviver quem segurar a sua identidade; e Portugal só segura a sua identidade se conseguir afirmar a qualidade nestas três questões de que tratei.

Temos de ter um sistema constitucional de qualidade, temos de ter um Ensino e uma Informação de qualidade, para motivar o Povo e finalmente, temos de ter uma economia em recuperação e crescimento, finalmente a funcionar e que dê qualidade à vida dos portugueses.

Teremos de resolver vários problemas: o primeiro é o do corporativismo em certas instituições, que se organizam em Estados dentro do Estado e não são fiscalizados por nenhum órgão eleito pelo voto do Povo/.../!

A segunda dificuldade é a da intolerância da Esquerda que temos. Uma esquerda não-creativa, que transfere, para o País, mitos que falharam há muito onde quer que estiveram implantados, mas que, na sua intolerância, quer obrigar o País inteiro a seguir e guiar-se por esses mitos; é arrogante e procura desprestigiar e diminuir todos aqueles que não sigam o pensamento única que querem estabelecer em Portugal, e é contra esta esquerda inculca e arrogante que temos de nos bater!

A segurança social deve ser salvaguardada; com as esperanças das pessoas não se brinca e esta é prioridade das prioridades, que tem de ser acautelada!

Vejamos depois a reforma da Administração Pública. Por amor de Deus, acabem com a papelada, acabem com os formalismos e digam aos funcionários públicos que a Administração Pública não é um emprego, mas sim um Serviço a todos e a cada um dos cidadãos.

... Finalmente, o nosso posicionamento na União Europeia /.../ as atenções da nova União viram-se demasiadamente para Leste.

Nós temos de lutar para que a O Ocidente da União não perca peso, para que as atenções não abandonem a periferia Ocidental e de considerar seriamente a questão das ultra-periferias arquipelágicas. Temos de novamente recentrar as atenções da União Europeia, de forma a que o Leste, não faça esquecer a periferia ocidental da Europa.

E mesmo a terminar, apoiar sem hesitações a Santana Lopes e a desejar-lhe os maiores sucessos. Não pode deixar de ser: os sucessos do Primeiro-Ministro dão os sucessos de Portugal; e os sucessos de Portugal passam pelos sucessos do PSD – porque nunca vi outro partido trazer sucesso a Portugal - e pelo sucesso de todos e de cada um de nós!

Dr. Pedro Santana Lopes: conduza o Partido e o País; ponha o acento tónico na pessoa humana; crie riqueza para redistribuir e melhore a economia e o quotidiano dos Portugueses, com a coragem e as aptidões que todos lhe reconhecemos... Este Partido só tem de se orgulhar dos seus nomes ilustres. Demos ao País um Sá Carneiro, que foi fundamental para vivermos em democracia; deu ao País um Francisco Balsemão, que deu fim ao poder militar em Portugal; deu ao País um Cavaco Silva, que fez a recuperação económica e financeira de Portugal; deu ao País um Durão Barroso, um Português que é, pela primeira vez, Presidente da Comissão Europeia

E eu tenho a certeza que vai dar um Pedro Santana Lopes, que mudará Portugal para o século XXI !!!

Viva o PSD, Viva Portugal !!!

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



mais fantástico processo de desenvolvimento que Portugal conheceu depois do 25 de Abril. E vencemos.

E quem não se lembra também de Durão Barroso? Para uns estava morto politicamente, nunca chegaria a PM e depois de o ser, faltava-lhe a dimensão de Estado.

E mais uma vez se viu quem tinha razão: tinha razão o PSD que nele sempre acreditou. Tinham razão, os portugueses que nele confiaram para Primeiro-Ministro. Tem razão agora, a União Europeia que o escolheu para liderar os destinos de uma Europa a 25 Estados.

A nossa força está precisamente aqui. A nossa força está em não conhecermos a palavra desistir.

Nós nunca desistimos das nossas ideias, nunca desistimos do nosso projecto, e principalmente, nós jamais desistiremos de Portugal.

Companheiros: hoje vivemos mais um desses momentos decisivos em que novamente é testada a nossa coragem de mudar, quando mais uma vez importa saber quem vacila e quem não vacila, quem desiste e quem não desiste, quem acredita e quem não acredita.

E o Congresso é hoje, como sempre foi no passado, o momento e o local certo para essa clarificação.

É o momento em que devemos começar por dizer claramente aquilo em que pensamos e fazê-lo com frontalidade, sem intrigas de bastidores, sem intermediários, sem recados ou mensagens pelos jornais.

Por mim estou farto das mentiras e das brincadeiras nos jornais.

Olhos nos olhos com os militantes do Partido, é o momento em que devemos, com a força das nossas convicções, falar, discutir, se necessário, divergir. Lutar pelas soluções em que acreditamos e só pelas soluções em que acreditamos.

Isso é positivo, é importante, é o sal de que é feita a história do nosso Partido.

Mas escolhido o caminho, deveremos dizer de forma clara se estamos ou não estamos.

Não faz sentido é que, a partir do momento em que os militantes falaram, em que o Partido tomou as suas decisões, ainda haja quem pense que o seu ego pessoal, ou a sua ânsia de protagonismo possa ser mais importante do que o interesse do Partido.

No PSD há e haverá sempre espaço para discutir. Mas a exigência do tempo em que vivemos não permite que, à custa do Partido, alguns se preocupem com as suas próprias vaidades e interesses pessoais.

Para esses é tal a vontade de serem heróis efémeros na comunicação social que não percebem que através deles é o Partido que é atacado, são os nossos objectivos comuns que são prejudicados.

Esses dividem em vez de unir, subtraem em vez de adicionar. Fazem-nos perder tempo e com isso prejudicam o País. Por mim quero ser absolutamente claro, aqui no Congresso e perante os militantes.

Não gosto, nunca gostei de falar pelos jornais, de marcar posição pela ausência ou de assumir posições de conveniência.

Quando combati, e combati muitas vezes, combati sempre de frente. Quando apoiiei, apoiiei sempre de corpo inteiro, como o fiz em 1975, no difícil tempo da implantação do Partido; como o fiz quando tantos, mesmo cá dentro, em 1985, gritavam “fascista” perante o nome de Cavaco.

Como o fiz quando, no princípio, tão poucos estavam disponíveis para ajudar Marcelo Rebelo de Sousa, num momento em que ele se disponibilizou para pegar num Partido desmotivado, derrotado e sem rumo.

Como o fiz ao lado de Durão Barroso, quando tantos companheiros do Partido me sugeriam que o abandonasse se queria ter algum futuro político.

Como o fiz durante dois anos e o procuro fazer todos os dias como Ministro do Governo de Portugal, estando onde for necessário, onde seja mais difícil, dando a cara, não hesitando nunca, porque para mim é uma honra, estando no Governo. poder servir o PSD e servir Portugal.

Aliás, como penso ser a única maneira de estar num partido que ao longo de 25 anos me ensinou que é na vitória colectiva que encontramos o sentido da nossa militância individual; que antes do interesse de cada um de nós está o interesse do Partido e que antes do interesse do Partido está sempre o interesse de Portugal.

Por mim quero ser claro: estou aqui para apoiar e para colaborar, sem reservas, na continuação de um projecto que iniciámos em 2002 e que agora, com Pedro Santana Lopes, temos a obrigação de continuar até 2006 e para além de 2006, a bem da democracia e a bem de Portugal.

Aliás, há mais uma coisa que importa ser dita: muitos têm falado nestes dias, como se a participação de Pedro Santana Lopes neste projecto, tivesse começado com a sua liderança do Partido.

Mas a verdade é que ela começou em 2002, e sou disso testemunha, quando ele foi, ao lado de Durão Barroso, um elemento fundamental na definição do projecto; e essa participação continuou, de 2002 a 2004, quando ele foi um elemento essencial na sua execução.

Uma participação em que ele revelou sempre, mesmo quando isso lhe foi difícil, enquanto Presidente da Câmara, uma solidariedade sem hesitação, sem falhas, irrepreensível.

Uma atitude que nos obriga agora a todos, sem excepção, a manifestar a mesma solidariedade incondicional, na continuação de um projecto que sonhámos juntos, que construímos juntos e que venceremos juntos, ou não venceremos.

## *Espanta-me a atitude de quem pretende surgir agora como guardião da verdade e da pureza*

Espanta-me por isso a atitude de quem pretende surgir agora como guardião da verdade e da pureza deste projecto colectivo, pretensos avaliadores da fidelidade a um percurso em que talvez tenham lutado menos e hesitado mais do que Pedro Santana Lopes.

Companheiros: sejamos igualmente claros, a condição de sucesso para o projecto que iniciámos em 2002, passa pelo sucesso da governação de Portugal.

Esta é uma responsabilidade que temos que assumir colectivamente, o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, mas também militantes e dirigentes do Partido.

É isto por uma razão muito simples, mas decisiva: o insucesso deste Governo significaria a nossa derrota colectiva enquanto Partido – a nenhum de nós aproveitaria – e mais importante, significaria o prejuízo de Portugal, condenado à repetição da desgovernação socialista.

É por isso absolutamente fundamental, termos claras as condições de sucesso na governação: confiança dos portugueses, credibilidade do Governo e um rumo para Portugal.

No momento em que deixarmos de merecer a confiança dos portugueses, perdemos; no momento em que o Governo deixar de ter credibilidade perante os portugueses, perdemos; no momento em que não soubermos definir um rumo claro para o País, perdemos-nos.

Uma governação que tem de ser referencial de estabilidade.

Estabilidade que deve transmitir aos portugueses, às famílias e às empresas, a tranquilidade que lhes permita, com segurança, desenvolver os seus projectos de vida, os seus projectos económicos, o que de facto faz Portugal andar para a frente. Nunca haverá verdadeiro crescimento e desenvolvimento económico se o País não sentir estabilidade.

E num momento em que tantos procuram criar alarmismo e insegurança, o Governo tem, temos todos e cada um de nós, uma responsabilidade acrescida de actuar como referenciais de equilíbrio, como facilitadores de soluções e não como potenciadores de problemas.

Um Governo que, principalmente, não pode esquecer que existe um País para lá da poeira mediática.

É que, connosco, há um País inteiro disposto a avançar, que não perde tempo com o acessório nem se consome nos títulos dos jornais, que trabalha, constrói executa.

Um País que está nas escolas, nas universidades, nas empresas, nas fábricas e nos escritórios; que está na função pública, como está nas profissões liberais ou nos trabalhadores dependentes.

Um País que não quer continuar eternamente adiado.

Um País feito de pessoas, que não estão dispostas a ser transformados em autómatos disfuncionais das notícias televisivas.

São estas pessoas, livres de espírito, com sentido crítico, com autonomia e com vontade própria, que fazem a força de quem governa.

É em nome de todos eles que não podemos nunca esquecer, mesmo nos momentos mais difíceis, que o interesse do País se sobrepõe a qualquer vantagem tática ou resultado político imediato.

Estas são as regras com que devemos enfrentar a segunda fase da legislatura.

Cabe aqui apenas uma palavra especial para o orçamento de 2005, porque ele representa a mais importante batalha política de toda a legislatura e em



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



que, por isso, temos o dever de apoiar, sem falhas e sem reservas, a proposta que o Primeiro-Ministro apresentou e que segue, com uma coerência irreprensível, a estratégia que definimos em 2002.

Uma estratégia que em 2002 - e não agora - estabeleceu duas fases distintas: a primeira - 2002/2004 - de prioridade ao controle e consolidação orçamentais;

Uma fase que foi cumprida com a participação de todos os portugueses, mas sob o impulso notável de uma Ministra, de uma mulher e companheira de Partido a quem é devida, hoje na sua ausência, mais do que há seis meses na sua presença, uma palavra pública de agradecimento, a Manuela Ferreira Leite.



Com agradecimento que quero publicamente estender a todas as companheiras e companheiros, que ao longo destes dois anos participaram no Governo e deram o seu melhor pelo nosso Partido e pelo nosso projecto, porque aprendi neste Partido que as pessoas são o mais importante.

*Os sacrifícios que os portugueses fizeram durante dois anos, só assim têm significado!*

A segunda fase - 2005/2006 - em que, mantendo o rigor, damos prioridade ao crescimento económico e à melhoria das condições de vida das famílias portuguesas.

Por isso, àqueles que criticam agora as nossas propostas, isolando-as no tempo e acusando-nos de populismo ou eleitoralismo, deveremos recordar a justificação deste orçamento no percurso difícil e corajoso dos últimos dois anos que em conjunto percorremos, e não ter, por isso, qualquer vergonha ou receio de defender um orçamento que permite, de facto, apoiar o crescimento da economia, reduzir os impostos, prosseguir a convergência das pensões mínimas e aumentar o salário dos portugueses.

Os sacrifícios que os portugueses fizeram durante dois anos só assim têm significado.

E isto não é populismo nem eleitoralismo.

Isto é, com o esforço de todos: primeiro criar as condições para um aumento efectivo da riqueza e depois garantir que a distribuição dessa riqueza serve prioritariamente os que mais precisam.

É isto o que lhes dói.

É isto o que perturba todos os que, incapazes de apresentar propostas ou alternativas, vivem na esperança do nosso fracasso.

É isto o que incomoda aqueles que procuram o seu sucesso no insucesso de Portugal.

Senhor Presidente, caros Companheiros: os próximos dois anos vão ser um tempo de intenso combate político, em que não podemos nunca esquecer que os nossos adversários estão lá fora e não cá dentro, que os nossos principais adversários serão sempre os que vão a votos, como nós, porque são esses que venceremos, no momento em que o povo falar.

Um combate político em que por parte da Oposição, e mais ainda do que até aqui, vai valer tudo.

Um combate político em que o PSD sabe o que quer e a Oposição só sabe o que não quer.

Há, de facto, qualquer coisa de estranho na nossa Oposição: com o PCP, já tínhamos os dinossauros; com o Dr. Louçã, passámos a ter o grilo do Pinóquio na democracia portuguesa. E agora, com o Eng. Sócrates, chegou o animal feroz.

Do Eng. Sócrates retive três frases que o caracterizam: quando se anunciava a sua vitória no Partido Socialista veio explicá-la dizendo que “no PS gostam muito de mim” (foi um primeiro sinal de preocupante narcisismo); depois da vitória, veio exigir que as oposições internas se calassem (foi o sinal de autoritarismo típico de todos os líderes fracos); finalmente, declarou-se um “animal feroz” (foi, para rematar, a confissão da sua fraqueza política).

O que, aliás, se tornou por demais evidente, quando estabeleceu como objectivo político a maioria nas eleições legislativas.

É que se é tão feroz assim, porque é que não esclarece desde já, com quem vai construir essa pretensa maioria? Com o PCP ou com o BE?

E principalmente, se é mesmo feroz, então porque não pede a maioria absoluta já nas autárquicas e joga aí a sua liderança?

Afinal o PS joga para “linha” e não para “bingo”.

Se o PS quer, de facto, ser a alternativa de poder, então não pode colocar uma fasquia mais baixa do que a maioria nas próximas eleições autárquicas.

Estas são as perguntas a que o Eng. Sócrates tem de responder.

Mas, aos costumes, o PS não se clarifica; não ousa colocar riscos a si próprio, porque tem medo e falta de coragem.

Só que, da falta de coragem e do medo, não nascem alternativas de governo. O que nasce, isso sim, são problemas, como se viu durante seis anos.

É bom que os portugueses tenham, hoje, presente que o Eng. Sócrates não é mais do que um clone do Eng. Guterres.

O tal Eng. Guterres, que da última vez que o ouvi falar, foi para dizer que se tinha atolado num pântano e que, com ele, tinha atolado o país.

O mesmo Eng. Guterres tem agora o descaramento, depois de termos passado dois anos, com sacrifício a desatolar o país, de vir opinar - e qualquer dia comentar o trabalho dos que corrigiram as suas asneiras!

Mas repito, atenção que o Eng. Sócrates não é mais do que um clone do Eng. Guterres. A única diferença é que um vai muito ao ginásio e o outro, manifestamente, não vai.

Até nas práticas e nas habilidades eles são clones. Mais do que engenheiros, são dois fiéis praticantes das engenhocas, das engenhocas que comprometem o País e que prejudicam os portugueses; das engenhocas orçamentais, que tapam, escondem e fantasiam a verdadeira dimensão dos números.

E depois, já se sabe e já sabem bem os portugueses, só se sai dessas trapalhadas com muito sacrifício, um sacrifício que é sempre feito pelos mesmos, que é pago sempre pela mesma classe média de que agora eles tanto falam.

É precisa muita lata e falta de vergonha para sustentar o discurso do Partido Socialista e do Eng. Sócrates relativamente à classe média. Eles sofrem de falta de memória e devem pensar que os portugueses são iguais.

Mas não são.

A classe média sabe bem como foi enganada, durante seis anos de governo socialista. Prometeram-lhes “Eldorados”, mas o que lhes deram foi sacrifícios e um nível de vida cada vez mais distante dos padrões médios da união europeia.

Caros companheiros, os tempos que aí vêm, vão ser tempos difíceis, exigentes, tempos de combate.

Como em todos os combates, só fazem falta os que cá estão; e estão cá muitos: estamos cá todos!

Disponíveis hoje como sempre para, ombro a ombro, servir Portugal.

Viva o PSD, Viva Portugal!!!

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## O Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas



Quando foi anunciado pelo Presidente da Mesa o nome do Secretário-Geral do partido, Miguel Relvas, para a sua intervenção, ouviram-se novamente muitos aplausos e notou-se a expectativa geral em torno dos temas que iria desenvolver, dada a especial posição que Miguel Relvas ocupa no Partido, responsável pelo funcionamento e coordenação das estruturas partidárias.

Após os cumprimentos aos presentes, Miguel Relvas afirmou que seis meses depois de Oliveira de Azeméis, o Presidente do Partido tinha desejado ouvir, neste XXVI Congresso, a voz do PPD/PSD e era isso que todos ali estavam a fazer: exprimir o sentimento das bases e do colectivo do PPD/PSD. E continuou:

É um momento muito importante e eu quero também, após seis meses, vir aqui prestar contas e dizer-vos o que fizemos com o apoio das estruturas do Partido, dos militantes /.../ o PPD/PSD é hoje um partido vivo e aqueles que tinham dúvidas, devem-nas ter perdido neste fim-de-semana, quando os que pensavam que este Congresso seria ritual, que não teria vida nem participação, viram milhares de pessoas, delegados de todo o País e de todo Mundo. /.../ Temos pela frente um imenso desafio, o desafio das autárquicas [ao fim do qual] poderemos dizer em Outubro do próximo ano, que o nosso Partido continua a ser o maior partido no poder local e criarmos condições para ganhar as próximas eleições legislativas de 2006.

Este trabalho que iniciámos há poucos meses, fizemo-lo num período difícil: tivemos eleições para o Parlamento Europeu, que não ganhámos; tivemos umas eleições difíceis nos Açores (e aqui uma saudação especial para o meu velho amigo Victor Cruz) e com muito bons resultados na Madeira (com uma grande saudação para o Dr. Alberto João Jardim). As eleições da Madeira foi ele quem as ganhou e não nos deram muito trabalho, nós, na estrutura nacional do Partido, pouco participámos naquela vitória regional.

Interiorizemos o facto de que, se queremos ganhar as próximas legislativas, temos de começar por ganhar as mais próximas autárquicas.

E nós temos obra, em cada uma das câmaras de que detemos a presidência. Não somos mais o partido que tem penetração nos pequenos e médios



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



municípios, pois o PSD está em oito das presidências das 10 maiores Câmaras Municipais de Portugal.

Queremos fazer melhor. Os obstáculos ultrapassam-se, as dificuldades temos de as tornar. Os que julgam que estamos acomodados no Governo, no Poder, enganam-se! Dou-vos um exemplo: nos últimos três meses filiaram-se no nosso Partido novos 4.272 militantes, dos quais estão aqui connosco e em representação de todos, um grupo de 24 personalidades de muitas áreas, da academia, da cultura, da economia, da saúde, do desporto, do ensino, do jornalismo, a dar a cara, irmanados connosco neste sonho de fazer um Portugal mais desenvolvido, mais próspero e mais feliz.

Este Congresso valeu a pena pela força, porque foi um espaço de liberdade, de criatividade, de dinamismo, em que cada um diz aquilo em que acredita, luta por Portugal, assumindo a nossa Bandeira e as nossas causas.

O clima de estabilidade que temos deve-se à nossa coerência e à nossa capacidade de assumir projectos difíceis

Agora, o PPD/PSD está, de facto, no Governo. Eu tive a honra de ter feito parte do Governo de Durão Barroso, apoiado por Pedro Santana Lopes, na altura Vice-Presidente do Partido; hoje tenho grande orgulho, enquanto Secretário-Geral, em apoiar o Governo presidido pelo Dr. Pedro Santana Lopes, presidente do PSD, e dizer-lhe que este clima de estabilidade que hoje temos em Portugal, deve-se à nossa coerência, à nossa capacidade de assumir projectos difíceis, de não adiar as reformas importantes para o País. Teria sido muito fácil adiar, por exemplo a Reforma do Arrendamento, uma reforma muito difícil, mas necessária para Portugal.

Deveremos afirmar frontalmente que, na continuidade do Governo, o rigor financeiro continua a existir, mas que não deixamos de pensar nas pessoas. Qual é o militante ou o dirigente que não se orgulha de defender um Orçamento de Estado que permite aumentar as pensões aos mais desfavorecidos, aumentar os vencimentos da Administração Pública (que, à excepção dos escalões inferiores, estiveram sem movimento por dois anos), baixar os impostos,

cumprindo, na altura prevista, um objectivo que já vinha do Governo anterior.

Temos de ter orgulho, não receio nem vergonha do caminho que estamos a seguir. Pior do que não ter um rumo é andar aos ziguezagues, dizer umas coisas quando nos dá jeito e o seu contrário, noutras circunstâncias. O que este Governo está a praticar hoje, é a continuidade das políticas definidas por Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite.

É muito importante falar claro, das coisas e das pessoas.

Por mim, acredito nesta Coligação. Não estou no Governo, mas estou num observatório importante. Estou convosco, em tantos fins-de-semana em que percorro o País, em que vos ouço, em que acompanho os vossos anseios e as vossas expectativas. E sabemos que governamos em coligação, numa coligação pós-eleitoral que eu apoio conscientemente, como conscientemente não apoiarei a proposta coligação pré-eleitoral em 1997, que outros apoiaram e queriam celebrar e que era uma coligação perdedora das eleições. E nós sabemos que temos, agora, uma coligação que dá estabilidade ao País, que garante políticas importantes e reformas, que levam ao desenvolvimento do País.

Ora, a dois anos das próximas legislativas, que nexo poderia fazer anunciar já a nossa estratégia para essa ocasião? Isso era o que o eng. Guterres gostaria que fizéssemos e com ele todo o PS. Vejam na nossa vida pessoal o que aconteceria se propuséssemos casamento a uma pessoa e lhe disséssemos: daqui a dois anos, divorciamo-nos! Como se poderia manter o casamento nesses dois anos, se em circunstâncias normais já é tão difícil, por vezes, manter a harmonia e o equilíbrio?

A seu tempo, o tempo vem!

A terminar, lembro que está nas nossas mãos, como militantes do Partido, desde militantes de base a dirigentes, dizer ao Dr. Pedro Santana Lopes: "Continue por este caminho, tem o nosso apoio, tem o nosso entusiasmo, o nosso calor, porque queremos que seja Primeiro-Ministro de Portugal em 2006, não em nome do PPD/PSD, mas em nome de um projecto para Portugal.

Viva o PSD, viva Portugal!!!



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## Mais de 4.000 novos militantes, representados por um grupo de perfil diversificado

Pouco depois do discurso do Secretário-Geral, a Mesa anunciou que o grupo de 24 novos militantes que – conforme Miguel Relvas tinha revelado na sua intervenção – tinha comparecido no Congresso, como um corte socialmente representativo do grande número (4.272) inscrito nos últimos três meses.

Muito aplaudidos pelos Congressistas, entraram, então, os actores Nicolau Breyner, António José Martinho, Sílvia Risso e Ana Rocha; as jornalistas Fátima Medina e Elena Liatchenko; os professores universitários Isabel Meireles, Paulo Pinto de Albuquerque, Mónica Ferro, António Morão Dias, Carlos Fernandes da Silva, Eduardo Ribeiro dos Santos, Joaquim Alexandre Carneiro e Vasco Manuel Teixeira; os juristas Carlos Iglésias, Elsa Sousa, Glória Marques da Costa e Jorge Santiago Neves; o designer José Agualusa; o ciclista Nuno Ribeiro; o administrador do Porto de Lisboa, Luís Matoso; o empresário Nuno Carneiro da Costa; e os dirigentes associativos Y Ping Chow (Associação Industrial e Comercial da China em Portugal) e Antónia Pimentel Associação Morabeza para a Cooperação e Desenvolvimento).

O Secretário-Geral, Miguel Relvas, em breves palavras deu a todos as boas vindas ao PSD, após o que, em nome de todos os novos militantes, falou ao Congresso o Professor da Universidade Católica de Lisboa, Paulo Pinto de Albuquerque, que explicou a motivação da sua entrada na militância partidária no PPD/PSD, afirmando que o seu interesse por um projecto de melhor Justiça em Portugal só seria realizável através dos ideais partidários e de governação em que todos comungamos.

Os novos militantes foram muito aplaudidos pelos congressistas, que reconheceram na sua presença um sinal simbólico para o presente e o futuro.

“A partir de hoje, são nossos companheiros”, tinha afirmado Miguel Relvas



**XXVI  
CONGRESSO  
NACIONAL  
DO PSD**



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## José Luís Arnaut



José Luís Arnaut, Vice-Presidente do PPD/PSD e um dos mais próximos colaboradores de Durão Barroso e agora de Pedro Santana Lopes, que distinguiu pela sua acção como Secretário-Geral do nosso Partido e também nos ministérios que tutelou e de onde surgiram, entre outras, a grande reforma do arrendamento urbano, a concretização do Euro 2004 e o grande impulso para a criação da Sociedade da Informação, é sempre escutado com a maior atenção pelos militantes. Em Barcelos, por maioria de razões, pelos Congressistas. Quando foi anunciado o seu nome, como orador, e após se calarem os muitos aplausos que recebeu, falou assim

Estou aqui a falar-vos como um de entre vós, eleitos pelas bases a este Congresso. Falo-vos com a consciência de quem, nos últimos 100 dias, esteve em 48 Conselhos do nosso País. Estou aqui, não para um discurso, mas para compartilhar convosco duas ideias, dois princípios fundamentais que acho que têm de enformar este Congresso.

Uma ideia de clarificação e uma ideia de determinação.

Clarificação, porque Portugal vive um momento decisivo da sua História e como se diz na moção de estratégia da Comissão Política Nacional, vive um Tempo Novo – e é de um tempo novo que se trata.

Parece que há muitos que ainda não o perceberam; e se não perceberam isso, não perceberam nada do que se passa no nosso Partido e na sociedade portuguesa.

É tempo de Portugal se olhar e decisivamente enveredar pelos caminhos

do conhecimento e da qualidade, para criar vantagens competitivas sustentadas. Queremos modernização, desenvolvimento, crescimento essencialmente assente na auto-suficiência da nossa economia e não apenas na ajuda de terceiros

O PSD e todos nós, que temos a responsabilidade de estar a dirigir o País, temos de dar esse exemplo, autarcas e governantes, todos!

É por isso que importa clarificar a disponibilidade de cada um, para se saber quem está verdadeiramente disponível para responder afirmativamente a este grande desafio e connosco centrar todas as atenções nas questões determinantes para o futuro.

Para as questões que interessam verdadeiramente e trazem soluções para os problemas dos portugueses. Definitivamente, é preciso pôr de parte as questões laterais, que apenas servem para encher páginas de jornais e tempos mediáticos momentâneos

Os portugueses que nos elegeram, não nos perdoariam se, num momento decisivo, não soubéssemos, todos juntos, trabalhar em prol da consecução das grandes prioridades do nosso País.

Mas para isso é preciso uma grande determinação.

Determinação no rumo a seguir, no rumo que tem vindo a ser seguido nos últimos dois anos. Estamos aqui para isso e custa-me ver alguns, que há quatro meses concordavam com esse rumo e hoje, só porque os protagonistas são outros, passaram a discordar desse rumo, mudaram de ideias e perderam a memória dos compromissos que assumiram, connosco, em relação aos nossos eleitores.

Determinação, que é preciso manter, nesse rumo definido por Durão Barroso.

Determinação que nos faz valorizar o que tem importância e reduzir à sua insignificância o que não tem expressão.

A força da nossa determinação, só pode estar ao serviço dos Portugueses, na criação de melhores condições de vida para todos os nossos compatriotas.

Estamos disponíveis e só, para cumprir, o melhor que pudermos e sabemos, as nossas responsabilidades. E por esse cumprimento responderemos ante os Portugueses.

São os Portugueses, que no seu tempo e com os seus votos, passarão julgamento sobre a nossa acção. Não aceitaremos, não aceitamos, julgamentos sumários, feitos na praça pública, por quem não tem qualquer legitimidade para nos julgar, agora, nesta fase.

Em 2006 os Portugueses saberão ver a diferença entre quem só fala e quem deu o seu melhor para trabalhar em seu benefício.

Mas também é importante fazer realçar a nossa diferença.

Há por aí quem esteja muito preocupado em encontrar pontos de semelhança entre as nossas ideias e as do Partido Socialista. E se isso não significa má-fé, demonstra pelo menos, ignorância. Entre nós há um mundo de diferenças, não sendo sequer necessário argumentar com os princípios e valores que defendemos, pois basta verificar como eles governaram o País e a atitude que tomam quando estão na oposição.

Mas vejamos alguns casos concretos: o actual líder do PS, está hoje na política, tornou-se conhecido em duas áreas de governação: o ambiente e a política de cidades. É importante que nós, no PSD, que temos memória e que temos História na política do ambiente, saibamos marcar e observar as diferenças, naquilo que era a política, os pressupostos, as directrizes, os dogmas, a propaganda, em que assentava a política de ambiente do Partido Socialista.

«O “Polis” foi uma bandeira de propaganda, com um défice de 270 milhões!»

Não podemos cair na armadilha de uma política de Bloco Central para a área do ambiente. É preciso que essa seja uma área estruturante para a nossa força política e que seja uma das nossas bandeiras e diferenciação do Eng. José Sócrates.

Temos ainda a política de Cidades. E o que foi a política de cidades do Eng. Sócrates?

Foi o “Polis”.

E o que era o “Polis”? Não passava de uma bandeira de propaganda, anunciada em Maio de 2000, com um pacote financeiro de 800 milhões de

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Euros, com a participação maioritária proveniente de recursos comunitários.

Neste momento, feitas as aferições, sabemos que o Polis foi assumindo, em pleno governo de gestão e em tempo eleitoral, compromissos adicionais, que o elevaram a 974 milhões de Euros, o que implicava a existência de 590 milhões de Euros de fundos comunitários.

Só que esse dinheiro não existia. Só existiam 379 milhões de euros! O Polis tem um défice estrutural muito grande, de 270 milhões de Euros!

Foi preciso que nós, no XV Governo, iniciássemos reprogramações, que continuamos a fazer, de maneira a encontrar dinheiro para esses contratos-programas que foram assinados com a Polis.

Com a propaganda da Polis gastou-se mais de 1 milhão de Euros! Com os relógios da Polis, foram gastos mais 750 mil euros! Era apenas uma política de fachada!

Esta não é a nossa política de cidades. A nossa política de cidades não é apenas uma operação de cosmética urbana, não são ajardinamentos e Polis. Nós queremos uma política de cidades sustentada, que passe pela intervenção continuada, que crie riqueza que crie fontes de crescimento económico, que crie reabilitação e reconversão urbana.

É por isso que a nossa política de cidades compreende a reforma do arrendamento, há dezenas de anos adiada, iniciada no XV Governo e hoje é possível apresentar ao País, após 40 anos de adiamentos!

E isso foi possível, porque houve vontade, houve determinação, houve força política por parte do Primeiro-Ministro, nessa matéria.

Sem esse apoio, eu jamais poderia ter iniciado essa reforma e aqui quero, publicamente disso dar testemunho.

Tenho a certeza, caros companheiros, que se essa reforma não tivesse avançado, também só haveria um só responsável: e esse responsável era Pedro Santana Lopes. E essa reforma não teria sido iniciada, não teria sido feita, se Pedro Santana Lopes fosse como o acusavam – de ser populista, de ser eleitoralista.

A reforma foi feita, está aqui. E ninguém quer realçar este aspecto de coragem e força. É importante que todos nós estejamos preparados para este desafio, como para outras reformas que estamos a fazer e para as quais é fundamental o apoio do Partido, que o Partido diga “Presente!”, que seja o porta-estandarte destas medidas que estamos a tomar para mudar Portugal.

E é nesse sentido que eu quero aqui dizer que nos esperam guerras difíceis, mas que estou certo, vamos ganhar!

Lembro-me bem do que se passou em 2001: muitos dos que não quiseram vir connosco, que não nos ajudaram a ganhar para mudar Portugal, reapareceram rapidamente em 2002.

São sempre os mesmos!

É preciso que nos preparemos, que essa força da Natureza que é o PSD, se mobilize para as batalhas, como um exército preparado para dar vitórias a Portugal.

Só o conseguiremos fazer todos juntos; e tenho a certeza que, todos juntos, continuaremos a dar as mais importantes vitórias ao nosso País.”

Muito Obrigado, Viva o PSD! Viva Portugal!



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## O último dia do Congresso: Votações e discurso de encerramento de Pedro Santana Lopes



*A votação para os órgãos do Partido começou cedo, na manhã de Domingo. Após o fecho das urnas, os congressistas voltaram a encher a ampla sala do Pavilhão, para ouvir a última intervenção, que foi, como é da praxe, da responsabilidade do Presidente do Partido, Pedro Santana Lopes, e imediatamente o ambiente na sala aqueceu.*

*Mas, antes do início do discurso, os “écrans” gigantes projectaram um video-surpresa, que comoveu visivelmente o líder do Partido, pois se tratava de uma recolha de som e imagem dos filhos do Pedro Santana Lopes, comentando o Homem, o Pai e o Político e manifestando-lhe a sua admiração, o seu carinho e o seu amor.*

*Em seguida, falando sempre de improviso, Santana Lopes fez a síntese do Congresso e definiu as grandes linhas que dele tinham saído e que conduzirão a vida da PPD/PSD nos dias de combate que se avizinham. Após os cumprimentos aos presentes, afirmou:*

... Quero agradecer a presença de tantos convidados. Quero agradecer aqueles que nos honram com a sua presença nesta sessão de encerramento do nosso XXVI Congresso.

Permitam-me saudar as delegadas e os delegados ao Congresso; Companheiras e Companheiros meus, as observadoras e os observadores,

aqueles que fizeram deste Congresso, um momento tão quente e intenso, cheio de gente, repleto de pessoas, um Congresso à PPD/PSD.

Nós honramo-nos com todos os que aqui estão a dar relevo a esta sessão de encerramento. Uma sessão de encerramento de um Congresso que, hão-de compreender, para mim e com certeza para todos vós, tem um significado especial.

Com algumas “partidas” que me fizeram, hão-de compreender que, por vezes, a tecla da emoção salta um bocadinho mais. Mas, eu não posso deixar de referir que é uma grande honra para mim, ser eleito confirmado Presidente do PPD/PSD nesta terra de Barcelos, que para além de todas as qualidades que tem, sempre associei de um modo muito especial à figura do único ídolo que tive na vida, para além da minha família: Francisco Sá Carneiro.

E a propósito de Francisco Sá Carneiro, deixem-me dizer, nesta altura (em que passam quase 25 anos sobre o dia em que caiu aquele avião que acabava de descolar do Aeroporto de Lisboa) em que fui eleito pelo PPD/PSD, que eu quero aqui proclamar o empenho total, a determinação firme, para fazer tudo o que estiver ao meu alcance, enquanto Presidente do Partido e Primeiro-Ministro, para assegurar que possa haver julgamento e esclarecimento definitivo das causas do que aconteceu naquela noite de 4 de Dezembro de 1980!!!

É uma obrigação que temos para com ele, e para com todos os que perderam a vida naquela noite. E dessa obrigação, não nos demitiremos.

Permitam-me agora em relação a este Congresso, dar uma palavra ao Secretário-Geral, aos funcionários deste Partido, a todas as equipas





# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



que tornaram possível este Congresso tão bonito, já tecnologicamente muito elevado, aquele cibercafé, a carrinha da JSD lá fora, a fazer a sua venda, a trabalhar arduamente...

E que diga ao Secretário-Geral que ficou confirmada a certeza da opção que o Partido fez no Congresso anterior, de termos um Secretário-Geral a tempo inteiro, devotado às tarefas do Partido, à sua renovação, à sua implantação maior junto de todas as portuguesas e todos os portugueses e à Juventude de um modo especial. Actualizarmos o Partido.

Quero dizer hoje, aqui, que numa das primeiras reuniões da Direcção Política, irei procurar redistribuir as tarefas com fidelidade aos princípios que sempre procurei enunciar, assegurando uma separação tão grande quanto possível, entre o Partido e o Governo.

Hoje em dia, por razões da cultura, da história do Partido, daquelas que são as realidades de Portugal, não é vantajoso, nem conveniente, nem útil fazer uma separação total. Não fica mal às mulheres, nem aos homens, aos seres humanos, admitirem uma evolução do seu pensamento. Eu, que há muitos anos, em Congressos, defendi numa posição muito mais radical, de separação total, há muito que atenuei essa posição.

Não é agora que sou Presidente do Partido que vos estou a dizer que aceitei integrar, com o Dr. Durão Barroso e com outras equipas, que tinham acumulação de cargos.

Mas procurei, para assegurar esse princípio sagrado da fidelidade ao que dizemos (para que as portuguesas e portugueses, as nossas companheiras e os nossos companheiros, saberem que as palavras que dizemos não caem em saco roto) fazer uma medida justa, na comissão permanente, procurar assegurar a continuidade de um trabalho, juntar aqueles com quem tenho de trabalhar no dia-a-dia, assegurar que nos vogais dessa mesma comissão política (há só um de Lisboa, da capital do País, quando os outros vêm de todos os pontos do País), não haja membros do Governo.

Eu, como disse no início do Congresso, preciso de um Partido de combatentes. Quero que todos aqueles que hoje se disponibilizam aqui, para estar na primeira linha, respondam sempre «presente». Que não dêem exemplos como os que foram dados em tempos pretéritos e peço-lhes para fazerem o que eu tentarei fazer, com todo o meu empenho. Que representemos sempre as bases. Elegeram-nos para os representarmos, faltarmos a reuniões magnas ou

menos grandes; reuniões para as quais temos mandato para decidir em nome de todos os militantes do PPD/PSD, é desvirtuar a natureza de sempre deste Partido. E por isso tenho a certeza - e assumirmos todos em conjunto o compromisso - de, nas reuniões a que formos chamados a participar, ordinárias ou extraordinárias, todos estaremos disponíveis para o combate, para cumprir as nossas obrigações e para vos respeitar, quando nos confiarem o mandato que agora iremos desempenhar.

## *Os novos eleitos para os órgãos do Partido têm de ir para a primeira linha da batalha*

Eu disse também, no princípio do Congresso, que estes vão ser agora dois anos, estes que aí vêm, bem duros, difíceis. Nem os que aqui estamos, podemos saber até onde irão essas dificuldades. E por isso, quis fazer as listas mesmo no final. Que têm que por vezes, ir para a primeira linha de batalha. Têm de saltar da trincheira, e muitas vezes de peito aberto, aguentar com as balas que, como é normal, em democracia, vêm disparadas em termos de argumentação, de crítica, de debate, do campo do adversário. Nunca do campo inimigo!

Digo, desde que estou no campo da política activa: não tenho inimigos, a não ser aqueles que queiram atentar contra os direitos sagrados dos princípios basilares do Estado de Direito.

Em democracia, somos todos adversários, mas somos todos principalmente solidários na obrigação da construção de um País melhor. Um regime democrático, não se inventou para se fabricarem diferenças. Inventou-se, construiu-se, para se mostrarem as alternativas políticas. Para se mostrar o que nos distingue uns dos outros, para o povo poder escolher, em cada momento, os caminhos que considera mais adequado e aqueles que são mais adequados para os levar por diante, na defesa dos interesses de um país.

Os que aqui estamos, estão naturalmente dispostos para esse combate. É um combate que vamos travar nos próximos anos, numa coligação de Governo.

Saúdo todos os partidos políticos aqui representados. Mas não-de compreender que dirijo uma saudação especial ao CDS/PP, como Presidente do PPD/PSD. Como Primeiro-Ministro de Portugal. Dirijo um governo que tem a missão patriótica de levar mais riqueza, melhores condições de vida aos nossos concidadãos, como é obrigação de qualquer governo. O CDS/PP está



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



aqui representado neste nosso Congresso e irá continuar a partilhar connosco as responsabilidades da governação de Portugal.

Recebi uma carta que ontem me foi transmitida, uma carta do Presidente do CDS/PP, Dr. Paulo Portas, com um conteúdo extremamente simpático, em termos pessoais, políticos e institucionais. E peço aos representantes do CDS/PP que aqui estão, que lhe transmitam e ao seu Partido uma saudação fraterna, um abraço que, além de ser de amizade, é aqui, neste caso, fundamentalmente um abraço político, do líder do PPD/PSD, partido diferente, obviamente, do CDS/PP (como o CDS/PP diferente de nós), mas irmanados neste objectivo de assegurar a estabilidade, de honrar os nossos compromissos de levar o programa até ao termo da legislatura.

Quero saudar também os partidos políticos da oposição. Um deles realizou há pouco tempo um congresso e elegeu um novo líder. Outros estão agora à beira de organizar outros congressos. Todos passamos por isto. Eu desejo-vos, a todos vós, sinceramente, que sejam capazes de serem tão boa oposição, quanto aquilo que Portugal precisa. Sempre fui daqueles que acreditei e acredito mesmo, que só somos grandes quando ganhamos a outros grandes.

Eu gosto que os meus adversários sejam bons. Eu gosto que os meus adversários tenham valor. Eu gosto que os dirigentes políticos da oposição façam boa figura, se saiam bem, que apresentem propostas sólidas bem fundamentadas. Só não hão-de levar a mal uma coisa: é que eu tente provar que as minhas propostas são melhores, que o nosso trabalho faz mais sentido para Portugal e para os portugueses.

Já agora, permitam-me que retome a saudação do início do Congresso. Temos a honra de ter um social-democrata, como Presidente do Parlamento. Um social-democrata que dirigiu vários anos os destinos de uma região autónoma, que voltou aqui a terras do continente e assumiu a Presidência da Assembleia da República. Não hão-de levar a mal, também, que tenhamos um gosto especial em ver os nossos saírem-se bem nas altas funções para que são chamados. O Dr. João Bosco Mota Amaral é das pessoas, em Portugal, que mais sentido de Estado revela no exercício das suas altas funções! O Povo português espera muito de si.

## *Saudação especial a Conceição Monteiro*

Mas, saudando todos os Senhores e Senhoras diplomatas, os representantes de organizações sindicais, os membros do Governo que não são militantes do Partido, que aqui estão, a todos os que estão neste Congresso, permitam-me, antes de entrar na parte da estratégia do programa do governo que dirija uma palavra a uma pessoa, a uma Senhora que tem feito este percurso todo comigo. Não posso dizer muito mais, mas permitam-me que saúde a Conceição Monteiro!

Vamos falar do tempo que aí vem. Aprovámos uma estratégia que, penso, as portuguesas e portugueses já conhecem, por aquilo que ouviram deste debate, ao longo destes dias.

E saúdo também a esse propósito a comunicação social. Queixamo-nos muito dela. Causa-nos desgostos às vezes, irritações, mas queremos dizer que é notável a maneira como cobriram os trabalhos deste Congresso, como o fazem em relação aos congressos de outros partidos e como procuram manter viva, manter acesa a chama do interesse pela vida pública, pela vida política, o que tanto pode contribuir para trazer mais juventude para esta actividade, para esta participação.

E quero deixar a todas e a todos, profissionais da imprensa escrita, falada, radiodifundida, teledifundida, imprensa que trabalha mais junto dos emigrantes, o agradecimento pelo apoio que deram, a divulgação que deram, o trabalho imenso que também fizeram ao longo de tantas horas, algumas pela madrugada dentro, aqui, neste XXVI Congresso do PPD/PSD.

O País que somos vai ter um PPD/PSD de combate. Temos proximamente — espero bem — o referendo europeu.

Estou certo de que todos o partidos que dizem que querem o referendo para a ratificação do Tratado Europeu, estão obviamente a falar com convicção. Estão a dizer aquilo que pensam e aquilo que sentem. Não temos ainda a certeza, neste momento, a conformidade absoluta, das perguntas que estão esboçadas, com o texto constitucional. Mas penso que é nossa obrigação, pela nossa relação com os portugueses, com a imagem de Portugal junto de outros países, nomeadamente os nossos parceiros da União Europeia, que asseguremos a realização daquilo que anunciamos aos nossos compatriotas, à



Europa e ao Mundo.

Que façamos nos fins de Março, princípios de Abril, um referendo em que os portugueses digam de sua justiça sobre esta opção europeia. Um referendo em que participe muito a sociedade privada, a sociedade civil. Mas em que, rapidamente, possamos chegar a acordo, em que possamos fazer uma pergunta que o Tribunal Constitucional valide, que considere conforme o Ordenamento Constitucional Português e que rapidamente os portugueses possam dizer de sua justiça.

Temos eleições autárquicas no próximo ano. Nessas eleições autárquicas, o PPD/PSD, nos termos da moção de estratégia aprovada, procurará manter as posições que alcançou nas eleições autárquicas pretéritas em 2001. Sozinho, ou no caso em que as bases dos dois partidos assim o entendam e for sancionado nas respectivas direcções nacionais, em coligação com o CDS/PP. Abrindo também as portas a cidadãos independentes, procurando acima de tudo, defender os interesses de cada terra, das suas gentes e, procurando também, recandidatar aqueles que estão em funções. Assim faremos na generalidade das cidades, das vilas, das localidades, por esse país fora, nas freguesias, nas Câmaras Municipais — e não vou aqui distinguir entre cidades maiores ou menores. Quero dizer e reafirmar que o nosso princípio é este: recandidatar os que estão e que querem continuar o seu trabalho.

Mas quero também reafirmar aqui, que o PPD/PSD gostaria de ver, como candidatos, aqueles que mais se têm destacado de entre todos nós, na vida

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



pública; os que têm muitos anos de experiência governativa. Eu próprio fiz esse trajecto. Antes de ser autarca, estive quase uma década no Governo Central. E é útil também para as populações, levarmos essa experiência do poder central, para a gestão das autarquias. O percurso deve ser o contrário. Faz muito bem a quem vai para o poder central, passar primeiro pela experiência do contacto mais directo com a população, saber os seus problemas, saber qual a realidade do País.

E a mim pessoalmente, fez-me muitíssimo bem dirigir autarquias em duas regiões distintas de Portugal. Na minha querida Figueira da Foz e na minha querida Lisboa, pois como hoje em dia tenho que dizer, gosto de dizer e me sabe bem dizer, todo o meu querido Portugal que é para quem tenho que trabalhar.

Esta experiência que tive, que me proporcionaram os respectivos cidadãos que decidiram, foi fundamental, para que hoje em dia, como Primeiro-Ministro, possa tomar as decisões mais justas na repartição dos recursos por todo o Portugal.

E a este propósito permitam-me dizer às portuguesas e aos portugueses: qual é o nosso objectivo como Governo para os próximos anos?

Temos de crescer.

A economia portuguesa tem que crescer muito. Houve quem nos condenasse pela obsessão do défice. Não vamos agora voltar a essa história que não é antiga, porque a exigência mantém-se hoje e manter-se-á no futuro. Tivemos essa preocupação fundamental, suster essa hemorragia, esse descontrolo da despesa pública que aconteceu em anos variados da vida política portuguesa.

Não sou daqueles, que goste de fazer sessões de encerramento, convidando forças políticas da Oposição, para depois nas mesmas sessões de encerramento, estar a dizer mal daqueles que são nossos convidados e que estão na nossa casa!

Quando uma delegação do PPD/PSD foi ao Congresso do Partido Socialista, o nosso Secretário-Geral, quando falou comigo sobre o que deveria comentar, depois de, naturalmente ter ouvido o que ali se diria — e ouvimos alguns remos que fazem parte destas coisas — eu disse: «Não digas nada. Somos convidados, estamos em casa de outros, é preciso respeitar e dizer que depois, lá iremos ao Parlamento e a outros areópagos discutir o que temos de discutir».

***«Aos partidos da Oposição: a propósito do défice, das contas públicas, do Orçamento, esta semana, lá nos encontraremos no lugar próprio, o Parlamento»***

E por isso, também a propósito do défice, das contas públicas, do Orçamento, eu queria deixar claro que, esta semana, lá nos encontraremos: no Parlamento, no debate do OE e lá trataremos do que temos para tratar.

E quero dizer muito à juventude: é assim, desculpem dizer isto, mas é assim que eu penso. É assim que a política é bonita. Há os locais próprios para debatermos, para nos confrontarmos, mas há os locais próprios para sabermos conviver e sabermos receber como deve ser, aqueles que nos visitam.

Não esperem de mim outro comportamento. Mas também permitam-me dizer a este propósito, que — os partidos da oposição não levarão a mal; não é um conselho, é uma opinião; já estive na oposição, um dia voltarei a estar, daqui a uns bons anos, se Deus e o Povo quiserem — eu julgo que para aumentarmos a credibilidade da vida pública, da vida política devemos evitar (o povo português não gosta nada de o ouvir) ser como aqueles que discordam de tudo, seja o que for desde, que seja do Governo. Digam: «eu, se estivesse na oposição, faria o seguinte...», porque há coisas que são óbvias e deveriam merecer um sentimento de concordância generalizado.

Procuraria dizer: «Isto que o Governo fez, está bem feito; aquilo que o Governo fez, nem discordo...» e escolher os dois, os três, os quatro pontos fundamentais que mostrassem a diferença, em relação a quem está no poder.

Não há caminhos muito separados, hoje em dia, para gerir as sociedades. Houve ideologias que faliram; há partidos que continuam a existir, mas estão à procura de uma nova ideologia que substitua aquelas que deixaram de ter aplicação. Pode ser uma utopia, um sonho, uma quimera. Mas em termos práticos não há modelos que possam ser evocados para justificar os modelos de sociedade que sustentam.

Mas mesmo em relação aos partidos que têm partidos seus homólogos no poder noutros países (como o Partido Socialista, por exemplo), nós temos

uma certa curiosidade de conhecer, para comparação, por exemplo qual é o modelo de governação de que o nosso Partido Socialista mais se aproxima?

Será a do Partido Socialista Operário Espanhol, com todas as medidas que tem tomado, a vários níveis na política externa, na política interna, na política social, a propósito da organização da vida em comunidade?

Será do Partido Trabalhista do Senhor Blair, com as opções que tem tomado em matéria da política externa? Relativamente à reforma do sistema da Segurança Sócia, será do Partido do Senhor Schröder, do Partido Social-democrata alemão, com as opções que tem tomado em matéria da legislação laboral, com a flexibilização de normas rígidas e a dinamização do mercado de trabalho?

Obviamente que podem responder assim: «Não, não nos aproximamos de nenhum! Pensamos pela nossa própria cabeça.»

Mas nós queremos dizer que temos vários modelos, fora de Portugal, dos quais nos sentimos bem em estar próximos, como quais nos sentimos identificados. Modelos de desenvolvimento, de crescimento, de governos que tiveram sucesso, que tomaram medidas justas no interesse do desenvolvimento da sociedade e não tomaram medidas que alteram os princípios e valores fundamentais de equilíbrio da sociedade, das suas regras; e que por isso tiveram o reconhecimento dos seus concidadãos.

É isto que temos que debater na sociedade, na vida pública, para saber o que nos separa ou que nos aproxima!

E por isso quero dizer às portuguesas e aos portugueses que este é nosso trabalho, o nosso objectivo até 2010. E depois, na outra legislatura; este trabalho que temos na frente até ao final do nosso quadro comunitário de apoio, é um trabalho exaltante. O país não pode pensar que vai sempre viver com capitais alheios, com Fundos Estruturais de ajuda à coesão. A coesão fica no novo Tratado Constitucional também. Eu diria que talvez reassumida, com ênfase especial, depois de ter estado um pouco obliterada, um pouco posta de lado durante alguns anos.

Mas esse esforço de coesão, o modo como o Tratado Constitucional o trata, não pode fazer esquecer as diferenças que separam os níveis de desenvolvimento de Portugal, de outros países da União Europeia, alguns deles. Temos essa grande meta: saltar para a metade de cima.

A União Europeia passou de quinze a vinte e cinco. E o País tem de saber que tem feito muitas coisas boas.

Eu não quero um país com mau astral; não quero um país com espírito negativo; não quero um país deprimido.

Na década de sessenta, tínhamos cerca de 40% do rendimento “per capita” da média comunitária; vinte anos depois, demos um bom salto para cerca de 55%. Hoje em dia, estamos por volta dos 70%. Vamos subindo, vamos progredindo, vamos melhorando. Não oiçam aqueles que dizem só mal de nós. Confiança, é o que está aqui escrito. Temos que confiar em nós próprios, no nosso futuro.

Eu quero um país que vá subindo o seu astral, a sua crença nas suas capacidades. Mas o País tem de se conhecer a si próprio e tem de saber que a sua produtividade é das mais baixas: da Europa a quinze e também não está bem colocada na Europa a vinte e cinco. E por isso mesmo, os países da Europa do Sul, a Itália, mesmo a Espanha — a Espanha tem 94.8 da produtividade média de todo este espaço em que nos inserimos. Já deu um salto enorme; e nós estamos a pouco mais de 60% dessa mesma média.

E as portuguesas e os portugueses sabem. Porque têm de ter esta consciência, porque de uma forma geral não é assim. Quando olham para um Primeiro-Ministro, para um Governo dizem: «Eles podem quase tudo. Eles têm o Estado!».

***Façam as contas comigo: olhem para o Orçamento do Estado como se fosse um orçamento familiar***

Mas é bom saber que não é assim. Nos termos dos compromissos que assumimos e ainda mais agora, não se pode fazer tudo.

O Orçamento do Estado é limitado. Façam as contas comigo: são cerca de 13 mil e 500 milhões de contos. Olhem para o OE como se fosse um orçamento familiar. Só as despesas com pessoal levam a fatia mais significativa. Os impostos directos vão para essas despesas de pessoal. O IRS, mais o IRC, mais o IVA, se os juntarmos aos impostos directos, são absorvidos com essas responsabilidades, com essas despesas de pessoal que temos!

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Quando as pessoas pedem «comprima a despesa primária corrente, comprima as despesas de funcionamento!» temos de lembrar que este ano, o défice estrutural diminui em relação aos anos anteriores. A despesa corrente deste ano, só aumenta cerca de 1,6, 1,7. %.

Houve anos, — 2000, 2001 — em que aumentou cerca de 9%! É por isso que não faz sentido, que é injusto comparar a medida que se toma agora de ligeira atenuação da carga fiscal com o que foi feito em 2001. Porque nessa altura, de facto, a nível de consolidação das nossas finanças públicas, a situação era completamente diferente.

Não foi por acaso, que aconteceu o que aconteceu na União Europeia — não entrando agora em detalhes. Mas nós temos de falar de realidades. O lema inicial deste Congresso foi Verdade e agora, Confiança. É bom discutirmos as opções. Eu não vou passar a vida a dizer ao Partido Socialista: «...os senhores fizeram no passado...». Não!

Eu estou interessado a debater com a oposição o que vamos fazer no futuro! Mas com base no que é a realidade de Portugal. Discutam o Orçamento. Não o desvirtuem. Falem do Orçamento verdadeiro; não o pintem com outras cores.

Há consolidação orçamental. A despesa no PIB, a despesa total, baixou do ano passado para este ano de 48% para 46%. Esta é que é a realidade. E tirando as receitas extraordinárias (que não contam em relação ao défice estrutural), o défice estrutural baixa, do ano passado para este ano.

Como é que é possível alguns economistas dizerem que o OE é opaco? É opaco, porque é imaginativo? É opaco porque faz o que eles não estão habituados a fazer. É opaco porque talvez toque alguns interesses em que eles nunca tocaram. É opaco porque obriga alguns que não pagavam, a pagarem. Nessa medida é que é opaco. Mas é nesse caminho que nós continuaremos.

Nós é que somos os populistas... Nós é que somos os populistas... Mas fomos nós... somos nós que propomos no Orçamento de 2005 uma norma mínima de obrigação fiscal em todas as organizações financeiras; naquilo que se calhar para alguns era impensável incluir no OE.

Fomos nós que tivemos a coragem de dizer, depois de termos visto, eu e o Ministro das Finanças, que de facto alguns benefícios fiscais só privilegiavam uma muito pequena percentagem da população portuguesa. Nuns casos, só 4%, noutros casos, 7%, registam-se PPR's ou Créditos Poupança Habitação com benefícios fiscais (de que eram principalmente as instituições financeiras a tirar partido), mas ninguém fala nisso.

Havia muito maior percentagem das poupanças em Certificados de Aforro, esses instrumentos de poupança fundamental da classe media portuguesa, daqueles que vivem do seu trabalho, que pouco têm para descontar. E esses não têm os mesmos benefícios fiscais e envolvem muito mais cidadãos. E foi por isso, que fizemos este Orçamento, assim, analisando à lupa, ao detalhe, para vermos até onde poderíamos ir ao encontro das famílias daqueles que vivem do seu rendimento mensal, que chegam apertados ao fim do mês, aliviá-lhes um pouco a carga fiscal mas não diminuindo a receita total do IRS.

É esta confusão que, malevolamente, têm tentado instaurar na sociedade portuguesa. É esta a confusão que têm tentado instaurar.

A verdade é que o Ministro das finanças tem dito que não pode diminuir as receitas do IRS. Diz ele e digo eu.

Mas sem diminuir a receita, com este trabalho que fizemos, podemos mexer nas taxas, actualizando os escalões ao nível da inflação. Para ser socialmente

justos; para descer as taxas (e estamos a falar de taxas marginais). Bastava baixar a primeira das taxas, para logo a generalidade dos cidadãos, beneficiar.

Portanto as medidas que tomámos vão, no tempo em que a Administração Pública o pode fazer, beneficiar mais de 80% das famílias portuguesas que pagam IRS. Há 50% das famílias portuguesas que não pagam IRS. E portanto os 33 mil milhões de euros que vêm da receita fiscal, é bom que saibamos, que recaem sobre o número de famílias onde quem ganha é fundamentalmente quem trabalha por conta de outrem e que têm um nível de rendimentos que permite integrá-los nessa dita classe média.

E começaram a aparecer os primeiros sinais: os níveis de cobrança dos impostos ultrapassam em muito, os valores da inflação e reflectem já alguns bons resultados, no combate à evasão fiscal.

Mas eu quero dizer de modo claro, a Portugal, que esta é uma prioridade deste Governo. Falámos nessas brigadas especiais tributárias. As pessoas têm de se convencer que estes são dois princípios chave da actuação do Governo de Portugal.



Quem mais pode, tem de pagar mais. E que quem leva uma vida de desafogada, é criminoso que se exima às suas obrigações perante o fisco e que, ainda por cima, faça alarde disso. E não daremos tréguas nesse combate que vamos travar.

Nós precisamos de mais riqueza. O País tem de se compenetrar disto: o produto do próximo ano, pelo que prevemos, (mais optimistas ou menos optimistas, as organizações nacionais e internacionais) vai crescer acima dos 2%. E para as portuguesas e portugueses entenderem, isto é algo mais que os 600 milhões de contos, mais de três biliões de euros. Mas esse aumento (só pela dívida oculta, por encargos do Estado que estão por regularizar), se formos fazer a relação directa, é absorvido

automaticamente.

Agora, a economia está a crescer. Nós queremos dizer à sociedade portuguesa, que aqueles que diziam e falavam do que representava a estagnação ou crescimento negativo nos anos de 2003 ou 2002, não podem agora, à luz de uma atitude política responsável, exigir do Governo que tome as mesmas atitudes que tomava nessa altura, agora que — incluindo o Governador do Banco de Portugal, as autoridades da EU, o Banco Mundial, a OCDE, — todos prevêm, para este ano, em Portugal, que a taxa de crescimento pode ser de 1,3, depois da revisão em alta, e para o ano que vem, registaremos uma taxa de crescimento superior, na ordem dos 2,2 a 2,3.

Não devemos ter, à luz do interesse nacional, a mesma atitude que teve o Governo do Dr. Barroso na primeira metade desta legislatura. Cada conjunto de decisões tem o seu tempo certo. A solução, certa há dois anos, seria contra o interesse nacional, agora.

Nós temos que puxar pelas forças criadoras de riqueza. Eu conto, naturalmente, com o Estado, com a Administração Pública, mas conto principalmente com o sector privado, com os investidores, com os empresários, com os que criam riqueza. Conto com os trabalhadores, para se empenharem nessa batalha de produtividade.

**«Sem trabalhar mais, sem mais investimento, não há riqueza para distribuir! O dinheiro não cai do Céu!»**

Mais e melhor produtividade. Pensem só: a Itália está acima da média

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



comunitária, a Grécia está próxima. Nós estamos a uma grande distância.

E por isso, quando se ouvem dirigentes sindicais (que são os mesmos de há décadas), dizerem não há isto, não há aquilo, não há aqueloutro, pensem nisto também: é que dizer que não a tudo, significa menos riqueza.

Dizer que não a mais trabalho? Todos temos que trabalhar mais! Sem trabalhar mais, sem mais investimento, não há riqueza para distribuir! O dinheiro não cai do Céu!!

Temos de ter mais trabalho, mais e melhor produtividade e investimento, com garantias para os trabalhadores. Temos, no Conselho de concertação Social, um pacto de competitividade e emprego, onde se dá relevo a questões como a higiene e segurança no trabalho. Há questões da formação profissional que estão presentes, estão pendentes, há muitos anos., desde o tempo do Governo do Eng. Guterres; e também no Governo anterior não foi possível concluir esse pacto.

Nós temos até ao fim do ano, um empenho total em querer assegurar esse acordo. Mas também não ficaremos lá para as calendras gregas a tentar um acordo. Se não ele for possível, tomaremos a decisões correspondentes. E estamos habituados à luta, à contestação e à divergência. Fazem parte da democracia. Só queremos é que, quem não goste das nossas medidas, apresente alternativas; quem diz que o caminho devia ser outro, que diga sempre, por exemplo, que despesas é que cortava e que receitas é que aumentava.

Há uma receita. Se a economia em vez de crescer a 2% ou pouco mais, crescer a 3, a 4 ou 5 como na EU, temos mais dinheiro para distribuir por todos, à luz da justiça social.

Mas para isso tem que haver credibilidade, confiança, sustentação! Os resultados do trabalho do Governo não aparecem assim de um dia para o outro. Na governação de um país, os resultados, para serem sólidos, demoram a aparecer.

Há três meses assumi as responsabilidades do Governo. A economia estava onde estava; os resultados das eleições europeias, tinham ditado o que tinham ditado. Não é por mudar o PM que a economia passa para dali para aqui ou que os resultados dessas eleições desaparecem.

Trata-se, sim, de um caminho gradual que tem de ser percorrido com esforço, com sustentação, com rigor, com exigência. Rigor e exigência, não os abandonamos, nunca os abandonaremos. Mas a continuação de uma crise imposta aos portugueses (como eu disse esta madrugada), só para satisfazer alguns... não pensem... não faço, não posso fazer, não devo!

Eu estou sentado na mesa do Conselho Europeu, com os meus colegas da União Europeia. Todos eles respeitam as opções do Governo português, nomeadamente em matéria de consolidação orçamental. O senhor Almunia, como antes o senhor Solbes, têm apresentado documentos em que defendem a flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento. São os próprios Primeiro-Ministro polaco, é o Chanceler Schroeder, é o Primeiro-Ministro italiano, que já ouvimos, eles e quantos outros responsáveis, a defender a flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Mas nós, mesmo que haja essa flexibilização, não vamos prescindir do rigor e da exigência. O documento Almunia afirma, para justificar as condições que levam a essa flexibilização, que se algum país estiver em certas circunstâncias específicas, circunstâncias A, B e C, pode ver aliviada essa exigência.

E quais são essas circunstâncias A, B e C? Exactamente aquelas que nós atravessámos, nesta primeira metade da legislatura. Ou seja, Portugal fez o ajustamento das suas contas públicas em contra-ciclo. Foi um esforço sobre-humano. Foi um esforço muito difícil para toda a sociedade portuguesa.

E a minha obrigação, neste momento, é conciliar o rigor e a exigência com a força, a fé, o optimismo; que as famílias portuguesas sintam que a carga aliviou um pouco, que a vida melhorou um pouco.

Convaco Silva aponta-nos isso, com a sua credibilidade e muitos trabalhos publicados sobre a importância da componente psicológica, a Teoria das Expectativas, até na inflação. Ninguém fala da inflação, mas ela está controlada. Está a níveis dos mais baixos que se verificam há muito tempo.

E se havia essa formiga branca que devorava os rendimentos das pessoas, era essa mesma inflação, quando estava descontrolada. E portanto, ao aumentarmos os salários dos funcionários públicos, nós sabemos que este ano será possível, pelo menos, que eles não percam mais poder de compra. É isso que tem que fazer quem é Primeiro-Ministro, quem governa Portugal!!

Eu não acredito que qualquer oposição, qualquer partido faça qualquer



proposta para um Governo não ter êxito e assim, não terem melhoria de condições de vida, os seus compatriotas. Não me passa isso pela cabeça.

Mas se assim é, e se eu acredito nisso, então também tem de nos convencer, a todos, que as propostas que apresentam são propostas que fazem sentido.

Quando nos criticam por descermos o IRS, têm de nos dizer, então, se não desciam. Quando nos criticam por haver alguma despesa mais no Orçamento, embora dentro dos limites, eu digo que as diferenças fundamentais são a baixa de 5% do IRC do ano passado, que se reflecte no exercício orçamental deste ano, em cerca de 0.4 do défice. É significativo, com certeza, que é. E portanto, não baixavam também o IRC nem aumentavam os funcionários públicos, nos quais cada 1% de aumento, representa 250 milhões de euros.

E o esforço que isso representa no Orçamento, também não aumentava? Os 2 pontos, ou um pouco mais, que estão neste momento em cima da mesa para debate, comprovei há pouco, ainda assim mantêm o crescimento da despesa corrente em níveis há muitos anos não verificados. Temos a despesa da máquina do Estado tão controlada quanto é possível.

Havia outras maneiras de a controlar. Mas querem o quê? Flexibilizar a legislação mais? Querem que prescindamos de funcionários públicos? As despesas directas de pessoal, de facto, são muito pesadas: cerca de 2.000 milhões de euros.

Com certeza, se o Estado diminuísse o peso dos recursos humanos, isso permitiria outras disponibilidades. Mas ninguém o quer fazer. Eu quero contar com os que estão, e principalmente, criar condições de confiança para mais riqueza, para mais investimento. Para que não de tenha de encontrar, como

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



encontrei há pouco, lá fora, um trabalhador de uma empresa têxtil deste distrito, que encerrou.

E portanto, nós temos é de criar mais condições para mais investidores investirem, para mais empregos serem criados. É este debate, mas a sério, feito em termos sérios, não inventando divergências. Metam isto na cabeça.

Reza a História de um Primeiro-Ministro que não ligava a números, que não queria saber dessas matérias, pois tinha um ministro de Estado que tratava muito bem desses assuntos. Não sei se assim era. São histórias que se ouvem.

«Um Primeiro-Ministro com sentido de Estado, tem de conhecer ao detalhe as Grandes Opções do Plano, o Plano de Investimento do Estado, e o Orçamento Geral do Estado»

Mas não passa pela cabeça de ninguém, para mim, para qualquer Primeiro-Ministro que tenha sentido de responsabilidade, que tenha sentido de Estado, que não conheça ao detalhe, esse instrumento fundamental da governação, que são as Grandes Opções do Plano, o Plano de Investimento do Estado, e o Orçamento Geral do Estado para cada exercício e que não seja ele a trabalhá-lo directamente com o seu Ministro das Finanças, directamente com o seu Ministro das Finanças!!!!

Imaginem! Eu ontem falava-vos de ficção e realidade. Estão aqui vários membros do Governo que felizmente sabem o que se passa. Quando lemos nos jornais: o PM fez uma comunicação ao País, enganou-se na descida do IRS, no aumento das Pensões, no aumento dos funcionários públicos. O Ministro das Finanças, coitado, tinha dito que a receita do IRS não podia variar, lá foi ele a correr, a corrigir, mudar o Orçamento, que é para fazer fê, para conferir, para bater certo com o que o Primeiro-Ministro, que acordou na segunda-feira virado para aquele lado, à tarde resolveu fazer uma comunicação ao País, dizendo que baixava os impostos e o Ministro das Finanças lá foi a correr mexer no imposto, nos impostos, no Orçamento!!!

Ora isto é o estado do debate político em Portugal!

Mas isto passa pela cabeça de alguém? Há algum Governo que funcione assim? Já disse ontem aqui que, quando convidei o Ministro das Finanças, antes de lhe fazer o convite em termos formais, perguntei-lhe: «O senhor está de acordo com isto? E com isto? E quais são as suas metas para isto?». E todos nós, no Conselho de Ministros, nomeadamente em Évora, levámos o debate todas estas opções até final. E portanto, não passe pela cabeça de ninguém, que seja o que for que diga qualquer Ministro deste Governo, ou Secretário de Estado, em matérias que são fundamentais para o interesse de Portugal, essas opiniões, a substância dessas declarações não é partilhada, tratada e decidida, com quem tem a responsabilidade máxima do Governo.

Eu compreendo que façam essas suposições, os que participaram em Governos que era confederações de Ministérios, em que o PM não liderava, efectivamente. Comigo não é assim. A responsabilidade é minha, sou eu que decido em primeiro lugar!!!

Enganam-se, pois a Verdade, como o azeite vem sempre ao de cima. Tentam fazer passar essa imagem, mas convençam-se de que o não conseguimos. Aprendam com a História! Já fizeram campanhas eleitorais, em que tentaram dizer isto e aquilo e repetiram e acreditaram em sondagens e depois o povo chega à hora — como ainda aconteceu numa grande Nação há pouco tempo — e lá vota segundo o seu alto critério e o seu voto diz: «O que nós queremos é isto.»

Portanto, não pensem que as pessoas não sabem distinguir entre o que ouvem e a realidade, mesmo que às vezes seja duro e difícil.

O que as pessoas querem é congruência, solidez, coerência, firmeza nos propósitos. E eu estou a dizer-lhes qual é o rumo. O rumo é criar a confiança para mais produtividade, mais crescimento; é o nosso primeiro desígnio.

Mais crescimento com mais justiça social e assumpção das causas da modernidade: a protecção dos recursos naturais; o ambiente; o tratar das lixeiras a céu aberto; tratarmos, de uma vez, do destino dos resíduos tóxicos; assumirmos os Oceanos, como desígnio nacional que é, dar-lhes a importância que têm para o desenvolvimento do futuro de Portugal.

Esta semana, iremos realizar um Conselho de Ministros a bordo desse

símbolo histórico de Portugal que é o navio-escola “Sagres”, para anunciarmos uma série de medidas nessa área, que são vitais para o interesse de Portugal.

Isto é o que devia ter sido feito e que devia estar feito. O Governo anterior preparou, através da Comissão dos Oceanos, esse trabalho. Todas estas causas mas, principalmente, mais investigação, mais saber, mais inovação.

Na União Europeia, as perspectivas financeiras serão orientadas fundamentalmente para estas áreas.

*«Temos um caminho longo a percorrer para assegurar a meta essencial de competitividade»*

Na área da agricultura, também importante (porque nós somos um partido que, preocupando-se com as causas da modernidade, não descuro o apoio aos sectores tradicionais) Portugal tem de se adaptar àquelas que serão as linhas-guia dos próximos recursos que teremos disponíveis no período de 2007 a 2013 e que serão fundamentalmente dirigidas para o produtor rural, e não para subsidiar produtos, para os tornar artificialmente competitivos. Temos de alterar a dimensão média da nossa propriedade. Em Portugal é cerca de nove hectares; é pouco mais de metade da Espanha e cerca de um quarto da França. Temos um caminho longo a percorrer para assegurar esta meta essencial de competitividade.

No jantar de chefes de governo, há duas semanas, em Bruxelas, no Conselho



Europeu, vários chefes de Governo de várias orientações políticas, disseram ao Dr. Durão Barroso: «O seu grande desafio, como líder da CE, de todos nós, da Europa, é assegurar a competitividade com outro espaço, outros mercados do Mundo». Em verdade, o problema não é só português. É português dentro da Europa com o resto do Mundo. Mas até aí estamos a fazer bem!!

As nossas empresas estão procurar novos mercados, a reconverter-se, as exportações aumentaram, e estão a encontrar novos destinos que não existiam no passado. As importações, nos últimos meses, aumentaram, sem dúvida, mas fundamentalmente dirigidas para bens de investimento, maquinaria. Aqueles bens que interessam ao desenvolvimento da nossa economia. Temos uma tarefa gigantesca pela frente. É sobre todas estas opções que temos de falar todos em conjunto. Eu conto com todas e com todos os portugueses independentemente do partido que apoiam. O que interessa, quando chega à hora do voto, é que cada um vote naquilo que prefere.

Mas agora o que interessa é tratarmos de Portugal. Fazermos Portugal melhor. Já muitos governos mudaram, depois de conseguirem grandes feitos. Que aqueles que são da oposição, não se preocupem com isso.

Churchil foi substituído, imediatamente depois de ter ganho a guerra. Depois de ter passado o que passou. Isso pode acontecer a governos que tenham tido grande sucesso, mas que o Povo tenha decidido mudar. Faz parte da História,

# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



faz parte da vida. O que nunca podemos deixar de querer, todos juntos, é bem, a Portugal.

Ser da oposição não significa querer que as coisas corram mal para o País, para o Governo que está em funções seja substituído, para irem para lá os que estão na oposição. Penso que estar na oposição ou estar no Governo, tem denominador comum: querer o bem de Portugal. E depois explicar os pontos de vista diferentes que cada um tem sobre o futuro da nossa comunidade.

É por isso que digo, principalmente àqueles que têm menos recursos, menos rendimentos: confiem em nós.

A confiança é fundamental para possibilitar um clima de possibilidade de melhor investimento, para os trabalhadores sentirem mais motivação para trabalhar, para acreditarem na verdade e terem confiança. Saberem que os políticos falam verdade. Que lhes dizem qual é a situação real do País.

É por isso que eu quero dizer à juventude: «Vamos a isto! Vamos galvanizados, mobilizados!» Tenho a certeza de que os todos os órgãos de soberania estão empenhados neste propósito, independentemente das funções de cada um. Estamos a trabalhar na modernização da Justiça, condição fundamental para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

E a esse propósito, também quero dizer, que em matéria de liberdades, direitos e garantias, vem aí para breve a nova Entidade Reguladora da Comunicação Social. O PPD/PSD é o Partido da Liberdade. Nós adoramos ser livres. Não sabemos viver de outra maneira, a não ser em liberdade. Somos incapazes de fazer seja o que for, para diminuir, cercar essa mesma liberdade, a qualquer nível.

Ora, a liberdade de cada um acaba, onde começa a liberdade do outro. E temos de nos respeitar todos, uns aos outros, e esse é um dever de todos nós.

***«Eu não tolero, não suporto, ver pessoas julgadas na praça pública; ver famílias destruídas, antes dos acusados irem a julgamento e antes de terem direito a defender-se!»***

Eu quero dizer bem alto a Portugal: não me consideraria digno das funções que exerço, se não fizesse tudo o que for humanamente possível por Portugal — e estou a fazê-lo, desde o dia em que tomei posse.

Uma das primeiras medidas que apresentámos foi o pacto da Justiça, com o ministro Aguiar Branco. Eu não me consideraria digno de exercer estas funções, se não fizesse tudo para garantir todas as condições para uma Justiça verdadeiramente justa.

Eu não tolero, não suporto, ver pessoas julgadas na praça pública; ver famílias destruídas, antes das pessoas que são acusadas irem a julgamento e antes de terem direito a defender-se!! Não suporto isso e hei-de lutar contra isso, com todas as minhas forças!!! Seja contra quem for!!

Tenho a certeza, tenho a certeza absoluta, que todos os cidadãos bem formados, com responsabilidades profissionais, partilham deste propósito. Tenho a certeza, com as forças políticas da oposição, que será possível conseguir acordos, que viabilizem estas estruturas fundamentais de um Estado democrático de Direito.

As regras têm de ser claras. Na comunicação social, na Justiça, novos poderes que assumem contornos de realidades tão diferentes, nos tempos de hoje. Mas também em todos os outros sectores da sociedade.

Hoje em dia, temos regulador para a Energia, temos regulador para a Concorrência, temos regulador para a Saúde; precisamos, de facto, desta garantia que dê também confiança, que as pessoas saibam em que sociedade vivem, com que regras vivem, quem os defende e que têm defesa. E que têm direito à defesa.

E há uma regra fundamental para isto, minhas amigas e meus amigos.

É perdermos um pouco do nosso dia, da vida que Deus nos dá, à noite, nas nossas reflexões, ou de dia, num momento livre, a colocarmos-nos no lugar do nosso próximo. A tentar perceber, se passássemos o que passam as pessoas que são sujeitas a esses enxovalhos, sem respeito pelas regras do Estado Democrático de Direito, o que é que sentiríamos nós e o que é que sentiriam as nossas famílias?

E é nossa obrigação... a nossa obrigação, quando temos responsabilidades públicas, não nos esquecermos do que pensávamos antes de aqui estarmos. Não assobiarmos para o lado. É não fazermos de conta que não sabemos o que se passa.

Quero terminar, dizendo-vos que, como sabem, há muito, muito trabalho para realizar! Temos de garantir a segurança, honrar os nossos compromissos, tomarmos decisões sobre a presença de forças militares portuguesas, pois no próximo ano estaremos no Kosowo, na Bósnia-Herzegovina, estaremos no Afeganistão, de modo reforçado. Em teatros de operações esforçados. A assegurar a Paz, sob o pavilhão da UE ou da NATO, participando em operações com a legitimação da ONU, que assegurem o respeito das liberdades e garantias.

Ouvi alguém, esta semana, num colóquio em que falava dos direitos da democracia, dizer que enquanto houver pessoas com pobreza, Portugal não pode ter tanques, ou mesmo embaixadas, que não se justificam.

Não vou fazer comentários. Mais uma vez aqui o sentido de Estado se impõe. É que normalmente, as ditaduras, a guerra, a pobreza, a miséria, são realidades que andam associadas.

Uma das grandes razões desta insegurança que existe no mundo — já o escrevi várias vezes, já o disse várias vezes — são os conflitos religiosos. Eu estou plenamente convencido que uma grande causa, a grande causa, é a miséria. É a falta de horizontes para o dia seguinte. Pode haver terroristas que sejam milionários. Agora o que os alimenta, é a força que lhes dão aqueles que não têm esperança no seu Amanhã!

E por isso mesmo Portugal estará onde as suas possibilidades o consintam, a honrar os seus compromissos, ao lado dos seus aliados a defender os valores que quer também para si: os valores da liberdade, os

valores da justiça, os valores da Paz.

Aos que não compreendem, eu posso respeitar. Mas o que quero dizer a todos é que podem ter a certeza absoluta de que só o faremos nos sítios onde se justifica e onde a comunidade internacional se empenhar também, toda ela, para assegurar o respeito por esses mesmos valores fundamentais.

Estaremos presentes aí. Temos as opções formadas, honrando esses compromissos. Também no Iraque.

Eu quero mandar uma palavra de saudação a todos os elementos, a todos os nossos compatriotas, a todas as forças militares ou militarizadas que assumem essas missões difíceis, lutando pela vida, pela paz, pela ordem, pela justiça, de outros seres humanos.

Mas quero dizer-vos, principalmente, àqueles que noutros sectores estavam desejando um Congresso do PPD/PSD, para me sentirem legitimado de todo: aqui estou.

Aqui estou, com o apoio da enormíssima maioria deste Partido.

Como aconteceu várias vezes com grandes líderes deste Partido, às vezes chegava 50% mais um, como eu disse esta manhã. A moção de estratégia foi votada com uma abstenção. Ainda bem... que eu não gosto de unanimidades. Ainda bem!

A lista da CMN, teve uma votação expressiva. E até nas listas do Conselho Nacional, a lista da Direcção do Partido, teve mais um lugar que em Oliveira de Azeméis.

Mas eu já vos disse o que penso sobre isso e vamos trabalhar na



# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



reorganização do nosso Partido, a partir de agora. A partir de agora e não só quando estivermos próximo do XXVII Congresso!!

*«Mas o Congresso foi bonito! Foi bonito o que aqui nos trouxe, o que nos uniu, o que nos motiva. Estamos cheios de força para arrostar com as dificuldades»*

Mal o Congresso foi bonito! Como diria o Xico Buarque, quando canta: «Foi bonita, a festa, pá!».

Foi bonito o que aqui nos trouxe, o que nos uniu, o que nos motiva. Estamos cheios de força para nos entregarmos totalmente a Portugal e para arrostarmos com as dificuldades de quem lidera, de quem dirige esta Nação, como eu também dizia ontem.

Conto com o vosso apoio permanente. Como vos disse no princípio deste Congresso, eu sou um de vós. Venho do meio de vós, apenas fui escolhido, neste momento, para exercer estas funções.

Mal daqueles que se iludem com o que representa o Poder. O Poder, tal como chega às vezes de modo imprevisível, também parte sempre um dia, como tudo um dia parte. Temos de ter sempre a noção perfeita de que o Poder é algo efêmero, de muito responsável; mas acima de tudo somos seres humanos com família, com amigos, que sentimos, que rimos, que choramos, que nos alegramos, que nos entristecemos.

Eu nunca vos escondi, não escondo, nem esconderei, como sou. E por isso são capazes de saber que vou para isto com toda a entrega, que adoro os combates difíceis. Onde for mais difícil, chamem-me que eu lá estou.

Quero dizer às bases do meu Partido, de que eu faço parte, que me orgulho de todos vós. Este PPD/PSD é um fenómeno de facto estranho, como eu também dizia há horas. Nasceu aqui, das entranhas deste povo. Mesmo quando está nos momentos mais difíceis aí está: a casa cheia, a casa a transbordar com aderentes ao partido, como ainda ontem: figuras mais conhecidas e figuras menos conhecidas.

Nós temos esta responsabilidade nacional. Somos um Partido de quem os portugueses gostam. Nós respeitamos todos os outros partidos. Temos uma missão especial, neste momento, com o CDS/PP, que partilhamos com elevação e com orgulho.

Já travámos muitos combates juntos, no passado. E a vida é assim. Nos momentos de grande exaltação, e doutros tempos de coligação, tantas «Hossanas» à forma política que se escolhe. Quando as coisas são mais difíceis, são naturais mais reservas, mais dúvidas. Isso faz parte da vida. Só não percebem estas coisas, aqueles que pensam que a política não é feita por humanos.

A política é feita por humanos. Eu, humano sou, humano sempre serei, como todos vós, todos nós. Temos é obrigação de errar o menos possível, acertar tanto quanto possível.

Dissemos todos em conjunto, durante estes dias: «...amamos Portugal... adoramos Portugal»

Obrigado, Senhor Secretário-Geral, por aquela surpresa que me fez. Sabe muito bem ouvir os nossos filhos em momentos como estes. É para eles, é por eles que aqui estamos.

Viva o PPD/PSD! Viva Portugal!!!





# XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



## Órgãos eleitos no Congresso

### Mesa do Congresso:

**Presidente - Manuel Joaquim Dias Loureiro;**

**Vice-Presidente - Fernando de Carvalho Ruas;**  
**Vice-Presidente - Fernando Ribeiro dos Reis;**  
**Secretário - Jaime Carlos Marta Soares;**  
**Secretário - Maria Natália Guterres Viegas Carrascalão da Conceição Antunes;**  
**Secretário - José Luís Ribeiro dos Santos.**

### Conselho de Jurisdição:

**Presidente - José Manuel de Matos Correia;**

**António Maria Pereira;**  
**Filipa Guadalupe Duarte Fragata Pimentel Alves;**  
**Henrique José Praia da Rocha de Freitas;**  
**Paulo César Fernandes Colaço;**  
**Feliciano José Barreiras Duarte;**  
**António José Caeiro da Motta Veiga;**  
**Maria Cândida Guedes Machado Antunes de Oliveira;**  
**Maria Paula Barral Carloto de Castro;**

### Comissão Política Nacional:

**Presidente - Pedro Miguel de Santana Lopes;**

**Vice-Presidente - Rui Fernando da Silva Rio;**  
**Vice-Presidente - Nuno Albuquerque de Moraes Sarmento;**  
**Vice-Presidente - José Luís Fazenda Arnaut Duarte;**  
**Vice-Presidente - Victor do Couto Cruz ;**  
**Vice-Presidente - Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa ;**  
**Vice-Presidente - Pedro Augusto Cunha Pinto ;**  
**Secretário-Geral - Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas ;**  
**Vogal - Aires Henrique do Couto Pereira;**  
**Vogal - Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara;**  
**Vogal - Guilhermina Maria da Silva Rego;**  
**Vogal - José Agostinho Ribau Esteves;**  
**Vogal - José Manuel Ferreira Fernandes;**  
**Vogal - Luís Miguel Pereira de Almeida;**  
**Vogal - Maria Isabel Fernandes da Silva Soares;**  
**Vogal - Marina Olga Fonseca Egrejas Leitão Amaro;**  
**Vogal - Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas;**  
**Vogal - Telmo Henrique Correia Daniel Faria**

### Conselho Nacional:

**Joaquim Ferreira  
do Amaral;**

**Carlos Encarnação;**  
**Maria do Rosário Cardoso;**  
**Bruno Vitorino;**  
**António Pinto Leite;**  
**Miguel Goulão;**  
**Jorge Roque da Cunha;**  
**Duarte Lima;**  
**Isaltino Moraes;**  
**José Mendes Bota;**  
**António Silva Preto;**  
**Jorge Costa;**  
**Manuel Ricardo F. Almeida;**  
**Fernando Armindo A. da**

**Costa;**  
**Jaime Filipe Gil Ramos;**  
**Hermínio Loureiro;**  
**Fernando Gomes Pereira;**  
**José Manuel Pereira da  
Costa;**  
**Miguel José Luís de Sousa;**  
**Gonçalo Dinis Q. S. Capitão;**  
**Victor Pereira Gonçalves;**  
**Pedro Miguel Alves C. Braga;**  
**José Alberto Pereira Coelho;**  
**José de Almeida Cesário;**  
**Mário Nelson Simões;**  
**Isabel Damasceno Campos;**  
**Álvaro Amorim Sousa  
Carneiro;**  
**Paulo César Lima**





### Sines

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Sines para reunir em Assembleia na Sexta-feira 10 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Ferreira nº 10, em Sines, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
  2. Estratégia para as Autárquicas 2005
  3. Plano de Actividades e Orçamento para 2005
- Análise da situação política.



Por lapso dos Serviços não foram publicadas as seguintes Convocatórias; Pelo qual pedimos as nossas mais sinceras desculpas.

### LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos, convoco o Plenário Eleitoral da Secção Lamego da JSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 15h30, na Sede do PSD Lamego, sita na Avenida 5 de Outubro, em Lamego, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único : Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Lamego da JSD.

#### NOTA:

- 1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Viseu.
- 2- As umas permanecerão abertas por um período de duas horas, que decorrerá entre as 16h00 e as 18h00 no dia acima indicado.
- 3- As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.
- 4- As listas deverão ser acompanhadas da declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos

### VILA NOVA de FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Vila

Nova de Foz Côa, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD/Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

- 1.º - Eleição dos Órgãos Concelhios:
  - 1.1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
  - 1.2 - Eleição da Comissão Política de Secção;
  - 1.3 - Eleição do Delegado dos Autarcas ao Concelho Distrital;
  - 1.4 - Eleição dos Delegados Residenciais ao Concelho Distrital.

#### NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede Concelhia do PSD/Vila Nova de Foz Côa.

As umas estarão abertas entre as 15h30 e as 17h30.



### Secretariado do Núcleo da EDP

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da EDP no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da EDP.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 – Porto

### Secretariado do Núcleo da Petrogal

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa da Petrogal abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da Petrogal no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da Petrogal.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 - Porto

### Secretariado do Núcleo da Segurança Social

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do

Núcleo de Empresa da Segurança Social abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da Segurança Social no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da Segurança Social.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 - Porto

### Secretariado do Núcleo do IEFP

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa do IEFP abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo do IEFP no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo do IEFP.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 - Porto

### Secretariado do Núcleo da Câmara Municipal de Paredes

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa da Câmara Municipal de Paredes abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da Câmara Municipal de Paredes no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da Câmara Municipal de Paredes.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 - Porto

### Secretariado do Núcleo da Câmara Municipal de Gondomar

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa da Câmara Municipal de Gondomar abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da Câmara Municipal de Gondomar no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da Câmara Municipal de Gondomar.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 – Porto

### Secretariado do Núcleo dos Guardas Prisionais

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa dos Guardas Prisionais abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo dos Guardas Prisionais no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo dos Guardas Prisionais.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 – Porto

### Secretariado do Núcleo do STCP

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa do STCP abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo do STCP no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo do STCP.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 – Porto

### Secretariado do Núcleo da CP

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa da CP abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da CP no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo da CP.

Obs: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital até às 22:00 h do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral na sede do Secretariado Distrital, Rua Guerra Junqueiro,64 – Porto

### Secretariado do Núcleo da RTP

Em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do art. 56º dos Estatutos dos TSD convocam-se os militantes TSD do Núcleo de Empresa da RTP abaixo indicado do Distrito do Porto a reunirem, em Assembleia de Núcleo da RTP no dia 17 de Dezembro entre as 17:30h e as 21:30h, na Rua Guerra Junqueiro, nº 64 no Porto com a seguinte ordem de



## ACÓRDÃO 10/2004

### Processo nº17/2004

Em 06.09.2004, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de apreciação da legalidade das eleições para os órgãos da secção de Albergaria-a-Velha da JSD, apresentado pelo companheiro Miguel Meireles, Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Albergaria-a-Velha.

Reunido em Lisboa, no dia 26 de Setembro de 2004, o CJN deliberou, ao abrigo do art. 50º, n.º 2, alínea a), do Regulamento Jurisdicional da JSD, tomar conhecimento do pedido apresentado pelo requerente, e nomear como relator o seu membro Paulo Cutileiro, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada no Funchal, a 23 de Outubro de 2004.

### ACÓRDÃO 10/2004

#### I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta os seguintes documentos:

- (i) Lista de candidatos a delegados ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro em representação da Secção de Albergaria-a-Velha da JSD;
- (ii) Acta nº30 do Plenário de Secção de Albergaria-a-Velha da JSD;
- (iii) Convocatória do plenário eleitoral da secção de Albergaria-a-Velha da JSD, para 30/06/2004;
- (iv) 2ª Convocatória do do plenário eleitoral da secção de Albergaria-a-Velha da JSD, para 3/09/2004;
- (v) Carta do Vice-Presidente da Mesa do Congresso a delegar competências para o processo eleitoral distrital da JSD de Aveiro;
- (vi) Carta do companheiro Nuno Pinho a aceitar as competências *supra* delegadas;
- (vii) Carta enviada pelo Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Albergaria-a-Velha, à Srª Secretária-Geral da JSD;
- (viii) Carta de resposta da Srª Secretária-Geral da JSD;
- (ix) Cópia de jornal local onde foi publicada a 2ª convocatória para o plenário eleitoral de 3/09/2004;
- (x) Lista candidata à Mesa do Plenário de Secção de Albergaria-a-Velha da JSD;
- (xi) Declarações de Aceitação;
- (xii) Declarações de Subscrição;
- (xiii) Caderno eleitoral para a eleição dos delegados da secção de Albergaria-a-Velha ao conselho distrital eleitoral de Aveiro da JSD;

#### II – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

O requerente tem legitimidade e o pedido foi apresentado em tempo.

#### III – DOS FACTOS ASSENTES

1) Foi convocado um Plenário Eleitoral da Secção de Albergaria-a-Velha da JSD para o dia 30 de Junho de 2004, tendo a respectiva convocatória sido devidamente publicada no Jornal oficial Povo Livre

com a antecedência devida e cumprindo os demais requisitos estatutariamente previstos.

2) No dia 30 de Junho de 2004, verificou-se a total ausência de listas candidatas ao acto eleitoral em causa. Por esse motivo e, conforme o previsto no art.27º, n.º1, al. b) dos EN/JSD foi marcado 2º Plenário eleitoral;

3) Foi convocado 2º Plenário eleitoral realizado no pretérito dia 3/09/2004;

4) Não foi publicada no jornal oficial Povo Livre a convocatória correspondente ao Plenário *supra* mencionado.

#### IV – DO PEDIDO

Solicita-se ao Conselho de Jurisdição Nacional a apreciação da legitimidade dos órgãos de secção eleitos no passado dia 03 de Setembro de 2004., na JSD de Albergaria-a-Velha.

#### V – DO DIREITO

No caso vertente, estamos perante um acto eleitoral cujo requisito obrigatório de publicação da Convocatória, não foi tido em conta pelos intervenientes.

Importa aferir da necessidade ou não do cumprimento de tal requisito e, conseqüentemente, do suprimento, ou não, do respectivo vício.

Cronologicamente temos uma primeira convocatória, que convocou o plenário da secção de Albergaria-a-Velha para a eleição dos órgãos de secção no passado dia 30 de Junho de 2004.

No entanto, por circunstâncias que desconhecemos e que não relevam para o caso em análise, verificou-se uma situação atípica mas que o legislador avisado teve em atenção, ou seja, não foram apresentadas quaisquer listas candidatas aos órgãos submetidos a sufrágio (art.27º, n.º1, al. b) EN/JSD).

Nestas circunstâncias diz-nos o n.º2 do mesmo artigo: “(...) a prorrogação do mandato não poderá ultrapassar o prazo de 60 dias.”

Cumprindo os prazos estipulados pelo artigo regulador, o requerente e então Presidente de Mesa, convoca um 2º Plenário Eleitoral cuja realização ocorreu no dia 3/09/2004.

A convocatória data de 29/07/2004 tendo sido enviada para os Serviços Centrais da JSD nesse mesmo dia, não tendo no entanto sido publicada no Jornal Oficial Povo Livre.

Diz-nos o art.30º nos seus n.º1 e 2, dos EN/JSD, que “As reuniões de tipo assembleia **serão obrigatoriamente convocadas mediante publicação de convocatória no “Povo Livre”** (...) “2. **As convocatórias dos plenários eleitorais (...) serão obrigatoriamente publicadas com 30 dias de antecedência.**

Dissecando a letra da lei do artigo citado, é-nos possível concluir a obrigatoriedade do cumprimento quer da publicação da convocatória do plenário eleitoral no jornal Povo Livre, e **não em qualquer outro**, quer da sua publicação com a antecedência mínima de 30 dias.

**Ambos os requisitos não foram cumpridos para o acto em causa.**

É importante ter em atenção o facto de a obrigatoriedade de publicação de convocatória não produzir efeitos para quem convoca, mas sim para o

“publico em geral”, para a comunidade.

Trata-se de um acto com vista à produção de efeitos para terceiros, daí a sua obrigatoriedade e, daí, também, a obrigatoriedade do cumprimento do prazo legalmente estipulado.

Numa situação como esta, não existe qualquer possibilidade de encurtar o prazo por acordo das partes, por exemplo, nem tão-pouco substituir o meio de difusão que vem obrigatoriamente definido. Por outras palavras, o art.30º dos EN/JSD, **não abre qualquer hipótese à substituição do Jornal Povo Livre (órgão oficial do Partido Social Democrata) por qualquer outro órgão de informação no que à publicação de convocatórias eleitorais para órgãos internos diz respeito.**

No caso concreto é-nos relatado pelo requerente o total desconhecimento da não saída do jornal em questão durante o mês de Agosto.

Diz-nos, ainda, o requerente, que essa mesma situação não vem prevista em nenhum regulamento nem nos Estatutos Nacionais da JSD.

O Jornal Povo Livre, não é da responsabilidade da JSD.

Trata-se do jornal oficial do partido, utilizado pelo próprio PSD e por todas as estruturas autónomas e respectivos militantes.

É prática costumeira e largamente divulgada o período de férias do próprio jornal.

Tal acontece durante os períodos de festividades (Natal e Páscoa), assim como durante todo o mês de Agosto.

Para além do cuidado dos próprios responsáveis, pelo jornal, em informar os seus leitores acerca do facto, sempre com suficiente destaque,

A Srª Secretária-Geral da JSD **informou, quer em Conselho Nacional, quer por missiva a todas as distritais da JSD do país**, este facto, com vista a evitar que problemas como o que presentemente apreciamos, acontecessem.

#### V – DA DECISÃO

Por todo o explanado, entende o CJN **anular**, com as respectivas consequências legais, **todas as eleições realizadas no pretérito dia 3 de Setembro de 2004 no plenário de secção de Albergaria-a-Velha da JSD**, porquanto:

a) os actos eleitorais realizados, violam o disposto no art.30º, n.º2 dos EN/JSD que estabelece a **obrigatoriedade** de publicação de convocatória com a **antecedência mínima de 30 dias** aquando da convocação para qualquer plenário eleitoral, no **Jornal Povo Livre**. O não cumprimento desta disposição implica a total nulidade do acto em causa tal como prevê o art.31º, al. a) do Regulamento Jurisdicional da JSD, podendo a respectiva impugnação ser **efectuada a todo o tempo junto do CJN**, em conformidade com o permitido pelo art.32º, n.º1, *in fine*, do mesmo Regulamento Jurisdicional.

Notifique-se o requerente e a mesa do conselho distrital de Aveiro da JSD

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Funchal, 23 de Outubro de 2004.

A Presidente do CJN/JSD  
(Filipa Guadalupe)

# Conselho de Jurisdição Nacional

## ACÓRDÃO 08/2004

### Processo n.º11/2004

Em 22.07.2004, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de impugnação das seguintes eleições realizadas em Cascais no passado dia 09 de Julho de 2004: Comissão Política da Concelhia de Cascais, Mesa do Plenário da Concelhia de Cascais, Comissão Política e Mesa do Núcleo de Alcabideche, Comissão Política e Mesa do Núcleo de Cascais, Comissão Política e Mesa do Núcleo do Estoril, Comissão Política e Mesa do Núcleo de Carcavelos, Comissão Política e Núcleo da Parede, Comissão Política e Mesa do Núcleo de S. Domingos de Rana e Conselheiros Distritais, pedido esse apresentado pelos companheiros Catarina Marques Vieira, militante n.º52999, José Diogo Simões, militante n.º 68179, Henrique da Costa Pessoa, militante n.º 117098, Maria João Faria, militante n.º 106376, Marina Verne Oliveira, militante n.º 97478 e Ricardo Baptista Leite, militante n.º 75232.

Em 27.07.2004, os requerentes Catarina Vieira, Maria João Faria e Ricardo Leite, desistiram do pedido de impugnação referente aos seguintes actos eleitorais: Comissão Política e Mesa do Núcleo de Cascais, Comissão Política e Mesa do Núcleo do Estoril e Comissão Política e Mesa do Núcleo de São Domingos de Rana.

Em 23.10.2004, a requerente Catarina Vieira desistiu do pedido de impugnação referente às eleições para os Conselheiros Distritais.

Reunido em Lisboa, no dia 26 de Setembro de 2004, o CJN deliberou, ao abrigo do art. 50º, n.º 2, alínea a), do Regulamento Jurisdicional da JSD, tomar conhecimento do pedido apresentado pelos requerentes, e nomear como relator o seu membro Altino Freitas, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada no Funchal, a 23 de Outubro de 2004.

### ACÓRDÃO 08/2004

#### I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta os seguintes documentos:

(i) Convocatórias publicadas no Jornal Povo Livre, edição de 9 de Junho de 2004, para os actos eleitorais a realizar a 9 de Julho de 2004;

(ii) Despacho do Conselho de Jurisdição Nacional da JSD, decretando a suspensão provisória da capacidade eleitoral activa e passiva para um conjunto de militantes da JSD;

(iii) Caderno Eleitoral utilizado para os actos eleitorais em análise.

Foram, ainda, tidos em conta os depoimentos das testemunhas apresentadas pelos requerentes.

#### II – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Os requerentes têm legitimidade e o pedido foi apresentado em tempo.

#### III – DOS FACTOS ASSENTES

1) Em conformidade com o previsto e estipulado pelos Estatutos Nacionais da JSD e respectivos Regulamentos foram correctamente convocados os actos eleitorais objecto da presente apreciação;

2) Todas as convocatórias publicadas não são feridas de qualquer vício ou irregularidade;

3) A 07 de Julho de 2004, deu entrada no CJN/JSD, um pedido de impugnação com efeitos suspensivos com vista à suspensão de eleger e de

serem eleitos um conjunto de militantes nos actos eleitorais realizados a 09 de Julho de 2004;

4) Após análise do pedido apresentado, entendeu o CJN/JSD emitir a 8 de Julho de 2004, **despacho decretando a suspensão da capacidade eleitoral activa e passiva para os militantes em causa.**

5) A Mesa responsável pela condução dos actos eleitorais em causa não acatou as disposições constantes do despacho *supra* referenciado,

#### IV – DO PEDIDO

Solicita-se ao Conselho de Jurisdição Nacional da JSD que proceda à anulação dos actos eleitorais constantes do respectivo pedido de impugnação com excepção dos actos cuja impugnação foi objecto da desistência acima referida, assim como proceda à anulação de todos os actos praticados pelos órgãos impugnados

#### V – DA DEFESA/CONTESTAÇÃO

Tratando-se de um processo de impugnação com base em alegadas irregularidades praticadas pela Mesa que presidiu aos actos eleitorais em questão, foi a mesma notificada na pessoa do seu Presidente para contestar e apresentar tudo o que lhe aprofvesse no sentido da sua defesa, de acordo com o estipulado pelo art.37º, n.ºs1 e 2 do Regulamento Jurisdicional da JSD.

Enviada a respectiva notificação por carta registada com aviso de recepção (cfr. consta nos autos), foi o mesmo aviso de recepção assinado e a notificação recebida no dia 4/10/2004.

Em conformidade com o art.37º, n.º5 do Regulamento Jurisdicional da JSD, tem o requerido a partir do momento em que se encontra notificado, 10 dias para se pronunciar e apresentar a sua defesa.

Expirou o prazo a 14/10/2004 sem que tenha sido apresentada qualquer defesa.

Deu entrada, via telecópia, no pretérito dia 22/10/2004 (8 dias após o final do prazo estipulado), uma contestação assinada pelo Senhor Presidente da Mesa objecto do presente pedido de impugnação alegando desconhecimento da notificação a si dirigida e respectivo processo de impugnação.

Entende o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD sobre esta matéria o seguinte:

**Todos os prazos previstos quer nos Estatutos Nacionais da JSD, quer nos respectivos Regulamentos são prazos peremptórios salvo nos casos igualmente previstos.**

Por prazo peremptório e suas legais consequências recorre este Conselho de Jurisdição à Lei Processual Civil portuguesa onde nos é dito no n.º3 do art.145º do CPC que “o decurso do prazo peremptório extingue o direito de praticar o acto”.

Sendo que “O processo é uma concatenação de actos com vista à realização do direito material, assumindo-se pela instrumentalidade que aquele caracteriza (...)” “Os actos processuais, com vista à consecução daquele fim, têm de praticar-se dentro de certo prazo, sob pena de o postergar desta regra dar lugar à mais completa anarquia processual”. (...) “o direito de defesa do arguido não é elasticamente fixado na lei. Deve obedecer a parâmetros e a prazos preestabelecidos, até por uma questão de certeza e segurança do direito”. (Código de Processo Civil anotado, Doutor Abílio Neto, anotação ao art.145º).

**Não considerou o CJN/JSD** que a justificação apresentada pelo

## ACÓRDÃO 08/2004

requerido relativamente ao atraso verificado na apresentação da sua defesa, constituísse **justo impedimento**, para o não cumprimento dos prazos em questão, até porque, e recorrendo mais uma vez à lei geral “*O justo impedimento só pode ser invocado quando ocorra no prazo normal para praticar o acto — o que não se verificou no caso em epígrafe — (...) É pois ilícita uma tal invocação, quando ocorre durante o prazo suplementar previsto pelo art.145º, nº5 do CPC (Ac. Relação de Coimbra, de 12.07.1995; Col.Jur. 1995, 4º-18)* — mesmo considerando o prazo suplementar conferido pela lei geral, a defesa ora em apreciação deu entrada depois de esgotado também essa disposição.

Por último, **não considerou, ainda, o CJN/JSD, como causa justificativa** o facto do aviso de recepção não ter sido assinado pelo próprio, na medida em que, e recorrendo mais uma vez à lei geral, “*Não são hipóteses de negligência, descuido ou esquecimento dos advogados ou de empregados incumbidos da prática de certos actos que constituem motivos ou causas de justo impedimento (...)*” (Acórdão da Relação do Porto, de 6/11/1985; BMJ, 351- 463).

Tendo a notificação sido enviada para a sede do órgão respectivo, conforme o disposto no art.37º, nº2 do Regulamento Jurisdicional e, tendo esta sido recebida e assinada por funcionário, ou quem o substituía para o efeito, e devolvido o respectivo aviso de recepção, nada mais havia a fazer ou a ter em conta por este CJN/JSD senão iniciar a contagem legal do prazo em questão.

Findo o dito prazo sem qualquer defesa apresentada decidiu o CJN/JSD iniciar a apreciação do processo em causa tendo em conta as provas documentais e depoimentos apresentados pelos impugnantes.

Recebida a contestação a 22/10/2004, foi esta considerada extemporânea e fora de todos os prazos previstos na JSD assim como na Lei geral.

### DO DIREITO

No caso vertente, estamos perante um conjunto de actos eleitorais ocorridos no passado mês de Julho, com vista à eleição de diversos órgãos de núcleo e de secção na a Concelhia de Cascais da JSD.

Após a entrada em vigor dos novos estatutos nacionais e respectivos regulamentos, todas as secções que compunham o concelho de Cascais foram extintas, dando lugar à criação de uma secção única para o concelho de cascais, cumprindo o disposto no art.94º, nºs1 e 2 dos EN/JSD.

No entanto, e cumprindo também o disposto no art.113º, nº4, todos os órgãos em funções à data da aprovação dos actuais Estatutos Nacionais, mantiveram-se em funções até à aprovação dos respectivos Regulamentos Nacionais, evitando desta forma que se criasse um vazio de poder dentro da estrutura.

Após a aprovação dos Regulamentos mencionados foi concedido um prazo de 45 dias para a marcação dos actos eleitorais em falta, nomeadamente e no caso *sub iudice*, os actos eleitorais para os órgãos de secção de Cascais da JSD e respectivos órgãos de núcleos residenciais.

Foram, assim, convocados para o dia 9/07/2004, a eleição dos novos órgãos residenciais da JSD do concelho de Cascais.

A 07/07/2004, deu entrada nos serviços centrais da JSD, um pedido de impugnação, com efeitos suspensivos, no sentido de impedir que um conjunto de militantes, irregularmente inscritos, exercessem o seu direito de voto ou fossem eleitos para as eleições em causa.

Tal pedido tinha como fundamento a violação do art.12º, nº2, o qual nos diz que “*O pedido de admissão é feito perante a Secção da área da circunscrição da residência habitual do interessado, do seu estabelecimento de ensino ou do local do exercício da sua actividade profissional, mediante apresentação de documento comprovativo, cabendo a decisão sobre a aceitação do pedido à respectiva Comissão Política de Secção*”.

Não havendo à data do despacho qualquer pedido de demissão apresentado pelas comissões políticas de secção ainda em funções às respectivas mesas do Plenário das secções em causa, à mesa do conselho distrital ou aos serviços centrais da JSD, e tendo o CJN/JSD acesso a todas as fichas de candidatura dos militantes em causa, cuja decisão sobre a aceitação dos mesmos foi feita pela Comissão Política Distrital em detrimento da Comissão Política das Secções respectivas,

entendeu o CJN/JSD emitir em 8/07/2004, um despacho no sentido de suspender provisoriamente os militantes constantes da lista anexa ao respectivo despacho, em conformidade com o disposto no art.35º, nº2, als. a) e b) do Regulamento Jurisdicional, procurando através dessa medida provisória evitar que os actos eleitorais realizados no dia 9/07/2004, sofressem de vícios insanáveis, que posteriormente pudessem vir a dar origem à anulação dos mesmos.

Destarte, não foi cumprindo pela Mesa que presidia aos actos eleitorais em causa o despacho proferido pelo órgão jurisdicional máximo da JSD.

Acerca deste incumprimento importa reter um princípio jurídico fundamental, vigente não só na JSD mas em todo o ordenamento jurídico: **as decisões de qualquer órgão jurisdicional devem ser por todos escrupulosamente respeitadas**. Quem não concordar com o teor de uma decisão jurisdicional deverá recorrer da mesma – caso a possibilidade de recurso esteja prevista – para a instância superior. E só esta instância é o único órgão com legitimidade para julgar do acerto ou desacerto da decisão recorrida.

Recordado este princípio básico, diga-se que, no caso concreto, o despacho proferido pelo CJN/JSD – que suspendia provisoriamente militantes de votarem e de serem eleitos nos actos eleitorais em causa – tinha que ser integralmente respeitado a partir do momento em que o mesmo fosse do conhecimento dos interessados.

Ao não o ter feito incorreu a mesa do plenário eleitoral não apenas num facto susceptível de procedimento disciplinar como também contribuiu para a instauração do processo de impugnação ora em análise.

### V – DA DECISÃO

Por todo o explanado, entende o CJN anular os seguintes actos eleitorais realizados em 9 de Julho de 2004:

- Comissão Política da Concelhia de Cascais da JSD
- Mesa do Plenário da Concelhia de Cascais da JSD
- Comissão Política e Mesa do Núcleo de Alcabideche da JSD
- Comissão Política e Mesa do Núcleo de Carcavelos da JSD
- Comissão Política e Mesa do Núcleo da Parede da JSD

dado que os mesmos são inválidos por terem decorrido em total desrespeito de uma decisão do CJN a qual produzia todos seus efeitos. Consequentemente, serão considerados nulos e de nenhum efeito todos os actos que venham a ser praticados pelos órgãos eleitos nessas eleições desde a data da presente decisão.

Notifiquem-se a primeira requerente e a Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Funchal, 23 de Outubro de 2004.

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)

## Portugal à nossa medida

No passado dia 19, uma das principais lutas da JSD viu-se coroada de êxito: terminou oficialmente o Serviço Militar Obrigatório.

São muitas recordações que a sigla SMO traz à JSD: repletas todas elas da muita energia que sempre colocámos nos nossos combates!

E agora há uma outra recordação que podemos juntar às inúmeras do passado: GANHÁMOS! Ganhámos nós, os jovens portugueses, porque Portugal está cada vez mais à nossa medida!

Nesta edição do Povo Livre publicamos a mensagem que o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Jorge Nuno Sá, enviou aos nossos militantes precisamente no dia em que terminou o Serviço Militar Obrigatório – o inesquecível 19 de Novembro de 2004.

Mas nem só de SMO viveu a semana que passou: foi também a semana em que a Europa disse SIM à nova Comissão Europeia, chefiada por um brilhante político português, “o melhor da sua geração”, como afirmou Pedro Santana Lopes sobre José Manuel Durão Barroso.

Para todos nós que amamos o nosso País e nos regozijamos com as vitórias dos nossos compatriotas além fronteiras, o dia 18 de Novembro encheu-nos de alegria.

Estou certo que, se outro benefício não trouxer para Portugal, a nova tarefa de Durão Barroso terá pelo menos o condão de aproximar mais os portugueses da Construção Europeia, pois todos seguiremos com atenção o trabalho do nosso anterior Primeiro-Ministro.

Para os que querem saber mais sobre todo o processo que levou à designação da nova Comissão Europeia, recomendamos um salto ao site oficial do Eurodeputado e Presidente Honorário da JSD Carlos Coelho: [www.carloscoelho.org](http://www.carloscoelho.org)

Que todas as semanas fossem como a que passou...

**Cordiais Saudações**  
**Paulo Colaço**  
**Director de Informação da JSD**

## Novo newsgroup da JSD/Minho

A Comissão Política Distrital da JSD/Minho, liderada pelo companheiro Joel Sá, de Barcelos, acaba de lançar o seu novo grupo de circulação de mensagens internas, que substituiu a morada antiga.

Todos os interessados em receber as notícias da JSD/Minho e a newsletter da Comissão Política Nacional através desta proveniência, devem contactar a [jsd-minho@yahoogrupos.com.br](mailto:jsd-minho@yahoogrupos.com.br)

## Vila Pouca de Aguiar com novos dirigentes

No passado dia 20 de Novembro, (sábado), os militantes da JSD de Vila Pouca de Aguiar foram a votos para eleger os seus dirigentes para os próximos dois anos.

Coube ao companheiro Carlos Manuel Machado Pinto ser o escolhido para liderar esta estrutura concelhia e travar com os restantes elementos da sua equipa os próximos combates eleitorais do PSD.

Aos dirigentes empossados fazemos votos de bom trabalho.

## Congresso Nacional da JSD

Em tempo de preparação do próximo Congresso Nacional da JSD, voltamos a publicar aqui o cronograma desta reunião magna da nossa estrutura.

Lembramos que o valor da inscrição é de € 50.

### CRONOGRAMA

Conselho Nacional da JSD; 26 de Setembro  
Publicação do Regulamento do Congresso no Povo Livre; 6 de Outubro  
Entrega das Convocatórias dos Plenários de Secção para eleição; Até 8 de Outubro  
Publicação das Convocatórias no “Povo Livre”; 13 de Outubro  
Eleições dos Delegados ; 18 a 22 de Novembro  
Entrega das inscrições de Delegados na Sede Nacional da JSD; Até 25 de Novembro – até às 19.00h  
Entrega das Moções ; Até 29 de Novembro  
Publicação no “Povo Livre” da Lista de Congressistas ; 1 de Dezembro  
Prazo final para reclamação perante o CJN de qualquer omissão ou incorrecção nas listas de congressistas; Até 3 de Dezembro  
XVIII Congresso Nacional da JSD; 10, 11 e 12 de Dezembro



**Lutar por causas**  
**– desde o início e sempre!**

**Hoje acaba o Serviço**  
**Militar Obrigatório.**

Desde os meus primeiros passos na JSD que ouvia os nossos dirigentes a pugnar contra o fim do SMO. Foram anos de muita luta, muitas moções e emoções, inúmeros discursos dos Presidentes da JSD e dos nossos Deputados em S. Bento, intervenções em plenários, artigos nos jornais. Foram anos a predispor o Partido para esta realidade e a chamar a atenção da sociedade portuguesa.

Sobretudo, foi um combate por uma causa. Era importante dizer que os jovens não podiam ver a sua vida e percurso hipotecados por um compromisso que não tinham assumido e era urgente reformar as Forças Armadas (mais meios, melhores condições, redefinir objectivos).

Com a Revisão Constitucional de 1997 prescindiu-se da obrigatoriedade do serviço militar e em 1999 foi decidido que em tempo de paz, o serviço militar se baseia no voluntariado. Tudo isto com a activa e relevante intervenção dos Deputados da JSD, lutadores tão persistentes como os seus antecessores no Parlamento.

Lembramos neste dia o esforço de Presidentes como Pedro Pinto, Carlos Coelho, Pedro Passos Coelho, Jorge Moreira da Silva e Pedro Duarte – eles são o melhor exemplo de que lutar por causas vale a pena e faz todo o sentido.

Também uma palavra de justiça para o apoio amigo do PSD e para o Dr. Fernando Nogueira – o primeiro líder do Partido que tomou como seu este nosso objectivo.

Hoje a alegria de ver que Portugal está mais à nossa medida sobrepe-se ao orgulho de verificar triunfante uma bandeira da JSD! Assim, apesar da marca indelével da Jota em todo este processo, não queremos assumir esta vitória como nossa, do nosso partido ou do Governo que apoiamos.

Porque hoje comemoramos uma vitória dos jovens portugueses!

Um abraço amigo do  
Jorge Nuno Sá

Lisboa, 19 de Novembro de 2004

# COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL COMUNICADO



*Hoje à tarde, a CPN do nosso Partido pela primeira vez desde o Congresso e emitiu o seguinte comunicado:*

A Comissão Política Nacional, reunida pela primeira vez depois da realização do XXVI Congresso do Partido Social-Democrata, procedeu à análise da situação política nacional e adoptou as seguintes conclusões:

1 - Saudar todos os militantes, e em especial os congressistas, pelo entusiasmo e participação no Congresso de Barcelos.

O PSD demonstrou, mais uma vez, ser um partido activo, aberto, que gosta do debate, do qual saíram os consensos tão importantes para um partido que lidera a governação em Portugal.

No Congresso, o PSD demonstrou estar mobilizado para concretizar o projecto político sufragado pelos eleitores, assegurando a estabilidade política tão necessária para o desenvolvimento económico, para a justiça social e decisiva para aprovar e executar as reformas com as quais está comprometido perante os portugueses.

A Comissão Política Nacional destacou o apoio claro e inequívoco manifestado ao líder do PSD, agora eleito em congresso, Dr. Pedro Santana Lopes, bem como à estratégia que apresentou.

Estamos perante um novo tempo da governação, no qual mantemos o rigor das finanças públicas, mas, como já tínhamos assumido, é possível tomar medidas que exigem menos sacrifícios aos portugueses - o aumento dos funcionários públicos e das pensões e reformas são disso bons exemplos.

Portugal e os portugueses vão tirar benefícios do rigor que tem sido imprimido e dos sacrifícios que têm sido pedidos.

O tempo beneficia quem governa com coragem e prejudica quem na oposição apenas critica e não apresenta alternativas credíveis e consistentes.

2 - O PSD está fortemente empenhado no referendo europeu e tudo fará para mobilizar os portugueses para que nele participem.

O PSD apela a todas as forças políticas e organizações da sociedade civil que concordam com o Tratado Constitucional europeu para que se inicie, em conjunto, o mais brevemente possível, uma campanha esclarecedora e pedagógica sobre as implicações de tão importante tratado na vida dos portugueses, sem a qual o referendo a realizar pode perder o alcance político desejado.

3 - Felicitar o Dr. José Manuel Durão Barroso, agora que iniciou as suas funções como Presidente da Comissão Europeia, e relevar o prestígio que tão importante cargo representa para Portugal.

O PSD sente muito orgulho por o seu ex-líder confirmar, num plano institucional diferente e de grande responsabilidade, as qualidades políticas e pessoais que sempre lhe reconhecemos.

4 - A Comissão Política Nacional analisou as iniciativas legislativas sobre

a Interrupção Voluntária da Gravidez, nomeadamente a do Partido Comunista Português, e, sem prejuízo do debate e reflexão que cabe ao Grupo Parlamentar do PSD fazer, manifesta o seu entendimento da desconformidade constitucional do projecto do PCP e considera imprescindível que a Assembleia da República faça o levantamento da realidade social e também a concretização, por parte do Governo, das medidas de carácter preventivo constantes da resolução proposta pelo PSD e CDS/PP em 2004, razão acrescida para o PSD não viabilizar nenhuma das iniciativas legislativas sobre a matéria.

Qualquer nova decisão nesta matéria será tomada em diálogo com o CDS/PP, respeitando o sentido político do Acordo de Coligação entre os dois partidos e nunca esquecendo o resultado e significado do referendo realizado sobre esta matéria.

5 - Por proposta do Secretário-Geral, a CPN nomeou José Manuel de Matos Rosa como 1º Secretário-Geral Adjunto, Luís Álvaro Campos Ferreira, como 2º Secretário-Geral Adjunto, José Eduardo Martins como Director do Gabinete de Estudos Nacional e Carlos Gonçalves como Secretário Nacional para a Emigração.

Lisboa, 24 de Novembro de 2004

